

Demonstrações Financeiras

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESTAQUES

Desempenho 2019x2018:

- **Receita operacional líquida** de R\$2.868 milhões em 2019, representando um crescimento de 22,1% em relação a 2018;
- **Abertura total de 121 unidades durante 2019**, sendo 88 restaurantes BURGER KING® e 33 restaurantes POPEYES®;
- **Total de 871 restaurantes da marca BURGER KING®** ao final de 2019;
- **Total de 41 restaurantes da marca POPEYES®** ao final de 2019;
- **Crescimento de vendas comparáveis nos mesmos restaurantes¹ de 4,9%** em 2019;
- **EBITDA ajustado²** de R\$465 milhões em 2019. Excluindo os efeitos da norma contábil (IFRS16), o EBITDA Ajustado teria sido de R\$328 milhões em 2019;
- **Margem EBITDA ajustada** de 16,2%. Excluindo os efeitos da norma contábil (IFRS16), a margem teria sido de 11,4% em 2019;
- **Lucro líquido** de R\$49 milhões em 2019. Excluindo os efeitos do IFRS 16, o lucro líquido teria totalizado R\$70 milhões em 2019.

DESTAQUES FINANCEIROS - R\$ MILHÕES (CONSOLIDADO)

	2019	2018	VAR.
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.868,0	2.348,3	22,1%
EBITDA AJUSTADO ⁽²⁾	465,4	288,0	61,6%
% DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16,2%	12,3%	390bps
EBITDA AJUSTADO ⁽²⁾ EX-EFEITOS DO IFRS 16	328,3	288,0	14,0%
% DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	11,4%	12,3%	-90bps
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	48,5	128,0	-62,1%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO EX-EFEITOS DO IFRS 16	69,8	128,0	-45,5%
DÍVIDA BRUTA ⁵	519,9	279,1	86,3%
DÍVIDA LÍQUIDA (CAIXA LÍQUIDO) ⁶	(85,6)	(323,8)	-73,6%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.786,6	1.717,0	4,1%

DESTAQUES OPERACIONAIS

	2019	2018	VAR. ⁽³⁾
# TOTAL DE RESTAURANTES	912	801	111
RESTAURANTES PRÓPRIOS			
# RESTAURANTES PRÓPRIOS INÍCIO DO PERÍODO	639	526	113
ABERTURAS NOVOS RESTAURANTES BURGER KING®	61	65	(4)
FECHAMENTOS RESTAURANTES BURGER KING®	(8)	(5)	(3)
AQUISIÇÕES / REPASSES ⁽⁴⁾ DE RESTAURANTES BURGER KING®	(11)	45	(56)
ABERTURAS NOVOS RESTAURANTES POPEYES®	33	8	25
# RESTAURANTES PRÓPRIOS FIM DO PERÍODO	714	639	75
RESTAURANTES FRANQUEADOS			
# RESTAURANTES FRANQUEADOS INÍCIO DO PERÍODO	162	171	(9)
ABERTURAS NOVOS RESTAURANTES BURGER KING®	27	37	(10)
FECHAMENTOS RESTAURANTES BURGER KING®	(2)	(1)	(1)
AQUISIÇÕES / REPASSES ⁽⁴⁾ DE RESTAURANTES BURGER KING®	11	(45)	56
# RESTAURANTES FRANQUEADOS FIM DO PERÍODO	198	162	36
CRESCIMENTO DE VENDAS COMPARÁVEIS MESMOS RESTAURANTES (SSS) ⁽¹⁾	4,9%	7,2%	-230bps

¹ Crescimento de vendas comparáveis nos mesmos restaurantes: Considera as vendas dos restaurantes Burger King operados pelo BK Brasil abertos há mais de 13 meses em relação ao mesmo período do ano anterior.

² O "EBITDA ajustado" é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, que corresponde ao EBITDA ajustado por despesas pré-operacionais, despesas com aquisições e incorporações e outras despesas, que na visão da Administração da Companhia não fazem parte das operações normais do negócio e/ou distorcem a análise do desempenho operacional da Companhia incluindo: (i) baixas de ativo imobilizado (sinistro, obsolescência, resultado da venda de ativo e impairment); e (ii) custos com plano de opção de compra de ações (stock option).

³ Variação líquida.

⁴ Venda de restaurantes próprios para franqueados.

⁵ Dívida bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante.

⁶ Dívida líquida (Caixa líquido) corresponde a dívida bruta deduzido dos saldos de caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários e títulos e valores mobiliários vinculados

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 foi desafiador para o BK Brasil, principalmente em função da lenta recuperação econômica do país e do ambiente mais competitivo. Apesar disso, a Companhia apresentou sólido ritmo de crescimento de restaurantes durante o ano, com a abertura de 121 restaurantes, sendo 88 BURGER KING® e 33 POPEYES®, encerrando o ano com 912 restaurantes. Continuamos com nossa estratégia de aumentar o foco nos restaurantes free standings e esse ano aceleramos o número de aberturas desse formato para 44 unidades batendo nosso recorde histórico de aberturas desse modelo.

Durante esse ano, ultrapassamos a importante marca de R\$3 bilhões de faturamento, levando a receita operacional líquida da Companhia para R\$2.868 milhões, um aumento de 22,1%, refletindo o crescimento de vendas comparáveis nos mesmos restaurantes de 4,9%, suportado pelo crescimento dos canais de vendas digitais e do nosso calendário de marketing.

Dentro das nossas iniciativas digitais, é importante destacar que nosso aplicativo atingiu a marca de 19 milhões de downloads e 3,6 milhões de usuários ativos, além disso, encerramos o ano com mais de 110 restaurantes com totens de autoatendimento e mais de 250 restaurantes oferecendo o serviço de Delivery. As vendas geradas pelos canais digitais, realizadas por meio do Delivery, totens de autoatendimento e BK Express cresceram 210% em relação ao 4T18 e continuam aumentando sua relevância dentro da Companhia. Também é importante destacar que fomos reconhecidos como a marca de fast food mais madura digitalmente de acordo com o Índice de Maturidade Digital Brasil desenvolvido pela Isobar Brasil.

Nesse ano, a marca BURGER KING® foi considerada a marca mais criativa globalmente no Festival Internacional de Cannes, com a campanha "Anúncio Grelhado" que foi a campanha brasileira mais premiada no festival, recebendo um total de 9 Leões, além de ser a segunda mais premiada da marca Burger King globalmente. Também fomos reconhecidos como marca preferida de fast food pelos cariocas, de acordo com pesquisa do jornal O Globo em parceria com a Troiano Branding.

A marca POPEYES® também tem apresentado uma sólida evolução, encerrando o ano de 2019 com 41 restaurantes em operação nos shoppings paulistas. Em função da rápida expansão e crescimento do reconhecimento de marca já atingimos resultado financeiro positivo nessa operação.

Em 2019, também fizemos movimentos relevantes com relação às nossas práticas de ESG. Em linha com as melhores práticas de Governança Corporativa, aumentamos o número de membros independentes do nosso Conselho de Administração que agora já representam a maioria dos membros e também melhoramos a diversidade com mais de 20% do conselho de administração sendo representado por mulheres. Com relação à Sustentabilidade, anunciamos a retirada das "caixinhas" do Combo King Jr. e com isso esperamos reduzir o uso de aproximadamente 119 toneladas de papelão por ano. Implementamos programas de reciclagem de óleo em nossos restaurantes e reutilização de água em nossos novos restaurantes. Além disso, também finalizamos uma parceria comercial para a construção de usinas fotovoltaicas para a geração de energia limpa e renovável, contribuindo para a redução anual de 270 mil toneladas no volume de emissão de gás carbônico. Na frente Social, destacamos nossa parceria com o Movimento Arredondar que durante o ano arrecadou mais de R\$1 milhão. Esse valor será direcionado para organizações que trabalham transformando o mundo em um lugar melhor, por meio de projetos de impacto social.

Seguimos confiantes que continuaremos encontrando boas oportunidades de investimento para aberturas de novos restaurantes, o que suportará o forte ritmo de crescimento para ambas as

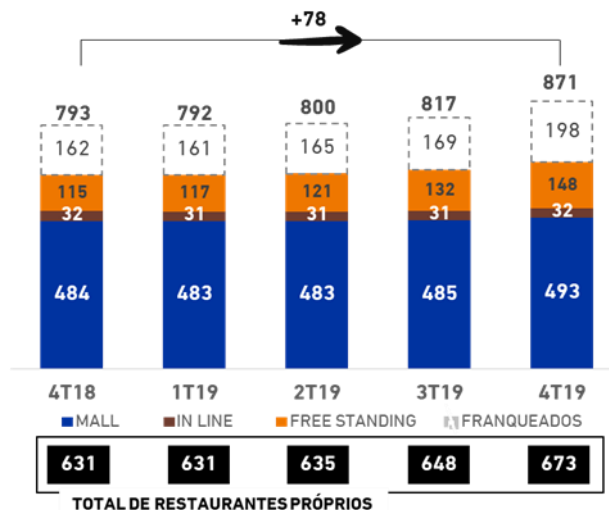
marcas. Com isso, esperamos trazer resultados ainda mais expressivos, ajudados também pelas nossas iniciativas tecnológicas, que certamente nos darão fôlego para o crescimento dos próximos anos, e pela força dos nossos produtos autênticos e da nossa marca, oferecendo inovações indulgentes e que acompanham as tendências de consumo. Por fim, continuaremos buscando oferecer um excelente nível de serviço para os nossos clientes, através dos nossos mais de 15 mil dedicados colaboradores e dos nossos variados canais de atendimentos que temos no Brasil.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Expansão da rede de restaurantes⁷ do sistema BURGER KING®

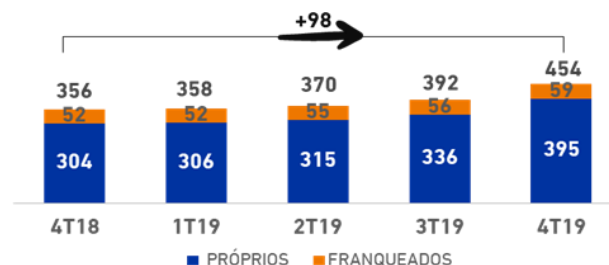
Ao longo de 2019, o sistema BURGER KING® abriu 88 novos restaurantes, dos quais 61 são próprios e 27 são franqueados. Considerando apenas restaurantes próprios BK Brasil, líquidos de repasses⁸ (12 unidades) e aquisições (1 unidade), a Companhia encerrou o ano com um total de 673 restaurantes próprios, refletindo um aumento de 42 restaurantes no comparativo com 2019.

Quanto aos restaurantes operados por franqueados, o BURGER KING® finalizou 2019 com 198 restaurantes. Assim sendo, o sistema BURGER KING® encerrou o ano de 2019 com um total de 871 unidades em operação no país, o que representa um crescimento líquido de 78 restaurantes.



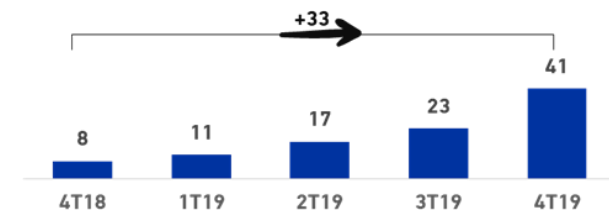
Expansão da rede de desserts centers BURGER KING®

Adicionalmente aos 871 restaurantes, o sistema BURGER KING® finalizou 2019 com 454 *dessert centers*, totalizando um crescimento de 98 unidades quando comparado a 2018.



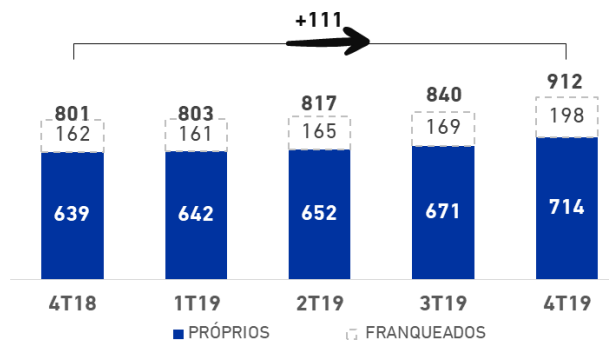
Expansão da rede de restaurantes do sistema POPEYES®

Ao longo de 2019, o sistema POPEYES® abriu 33 novos restaurantes e encerrou o ano com 41 unidades, sendo todos restaurantes próprios BK Brasil, localizados no estado de São Paulo.



Expansão da rede de restaurantes total

Com isso, encerramos 2019 com um total de 912 restaurantes geridos pela Companhia, dos quais 714 são próprios das marcas BURGER KING® e POPEYES® e 198 de franqueados da marca BURGER KING®.



⁷Mall: Shoppings centers, hipermercados e terminais aero | rodoviários; In Line: Lojas com acesso direto a via pública, que possuem salões internos com mesas e assentos; Free Standings: Lojas de rua com presença de pista drive-thru.

⁸Repass: venda de restaurante próprio para franqueado

Efeitos da adoção do IFRS 16

Em 1 janeiro de 2019, a Companhia adotou o IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil. Pela nova norma contábil, a Companhia, como arrendatário, reconhece um ativo de direito de uso relacionado ao ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos futuros. Como o principal contrato de arrendamento da Companhia se refere ao aluguel dos restaurantes de operação própria, a parcela fixa das despesas de aluguel passa a ser reconhecida como uma amortização e uma despesa financeira, enquanto a parcela variável das despesas de aluguel continua inalterada, sendo reconhecida como despesa com ocupação. Para melhor entendimento, ao longo deste relatório, foram incluídas informações com os efeitos da adoção da nova norma nas principais contas impactadas em 2019, tanto nas tabelas como nos gráficos.

Demonstração de Resultados Consolidada (R\$ milhões)	2019 Reportado	Efeitos IFRS16	2019 Sem IFRS16	2018 Reportado	Var. %
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.868,0	-	2.868,0	2.348,3	22,1%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(1.082,9)	-	(1.082,9)	(891,3)	21,5%
LUCRO BRUTO	1.785,1	-	1.785,1	1.457,0	22,5%
TOTAL DESPESAS COM VENDAS	(1.518,3)	(30,1)	(1.548,4)	(1.219,7)	26,9%
DESPESAS COM PESSOAL	(498,9)	-	(498,9)	(404,5)	23,3%
ROYALTIES E FUNDO DE MARKETING	(262,7)	-	(262,7)	(215,8)	21,7%
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E UTILITIES	(223,9)	(136,2)	(360,1)	(280,2)	28,5%
DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS	(18,1)	-	(18,1)	(9,7)	87,0%
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(282,4)	106,1	(176,3)	(125,1)	40,9%
OUTRAS DESPESAS COM VENDAS	(232,3)	-	(232,3)	(184,4)	26,0%
TOTAL DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	(142,4)	0,2	(142,2)	(110,5)	28,7%
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	(102,0)	(1,0)	(103,0)	(84,2)	22,4%
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	(20,8)	1,2	(19,6)	(8,0)	144,1%
DESPESAS COM AQUISIÇÃO E INCORPORAÇÃO	(3,1)	-	(3,1)	(6,7)	-53,8%
RESULTADO LÍQUIDO NA BAIXA DE IMOBILIZADO E IMPAIRMENT	(12,2)	-	(12,2)	(7,1)	71,4%
CUSTO COM PLANO DE AÇÕES	(4,3)	-	(4,3)	(4,5)	-4,1%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	124,4	(29,9)	94,5	126,8	-25,5%
RESULTADO FINANCEIRO	(70,7)	62,1	(8,6)	10,9	-
RESULTADO ANTES DO IR E CSLL	53,7	32,2	85,9	137,7	-37,6%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(5,2)	(10,9)	(16,1)	(9,7)	66,8%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	48,5	21,3	69,8	128,0	-45,5%

Receita operacional líquida

No ano de 2019, a receita operacional líquida cresceu 22,1% quando comparada com 2018, impulsionada pelo crescimento das mesmas lojas e pelo desempenho das lojas abertas durante o ano.

Custo da mercadoria vendida e despesas com vendas

Em 2019, as despesas totais de restaurantes, excluindo os efeitos do IFRS 16, totalizaram R\$2.631 milhões, representando 91,7% da receita operacional líquida. O custo da mercadoria vendida representou 37,8%, gerando uma melhora de 20 bps em comparação com 2018, refletindo o reconhecimento de benefícios de créditos tributários de períodos anteriores no valor de aproximadamente R\$10 milhões no 2T19. Por último, as despesas com vendas nos restaurantes (excluindo depreciação e amortização) representaram 47,8% em 2019, um aumento de 120 bps em relação ao ano de 2018, refletindo maiores gastos com serviços de terceiros devido aos novos canais de vendas, maiores despesas de utilities, pessoal e pré-operacionais.

Despesas gerais e administrativas totais

Em 2019, as despesas gerais e administrativas corporativas representaram 3,6% da receita operacional líquida, se mantendo estável em relação a 2018.

EBITDA Ajustado

Em 2019, o EBITDA ajustado, excluindo os efeitos do IFRS16, atingiu R\$328 milhões apresentando um aumento de 14,0% em comparação a 2018. Com isso, a margem EBITDA ajustada foi de 11,4% no ano de 2019.

EBITDA - R\$ MILHÕES	2019	2018	VAR %
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	48,5	128,0	-62,1%
(+) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	70,7	(10,9)	-
(+) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	303,2	133,1	127,7%
(+/-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	5,2	9,7	-46,2%
EBITDA	427,6	260,0	64,5%
MARGEM EBITDA	14,9%	11,1%	380bps
(+) OUTRAS DESPESAS*	12,3	7,1	72,4%
(+) CUSTOS COM PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES	4,3	4,5	-3,8%
(+) DESPESAS COM AQUISIÇÃO E INCORPORAÇÃO	3,1	6,7	-53,2%
(+) DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS	18,1	9,7	86,9%
EBITDA AJUSTADO⁽¹⁾	465,4	288,0	61,6%
MARGEM EBITDA AJUSTADA	16,2%	12,3%	390bps
EFEITOS DA CONTABILIZAÇÃO IFRS16	(137,2)	-	-
EBITDA AJUSTADO EX-EFEITOS DO IFRS 16	328,3	288,0	14,0%
MARGEM EBITDA AJUSTADA EX-EFEITOS DO IFRS 16	11,4%	12,3%	-90bps

*Considera baixas de ativo imobilizado (sinistro, obsolescência, resultado da venda de ativo e impairment).

Lucro líquido

No ano de 2019, o lucro líquido, excluindo os efeitos do IFRS 16, foi de R\$ 70 milhões, comparado com um lucro líquido de R\$128 milhões em 2018, refletindo o efeito não recorrente do reconhecimento do imposto de renda diferido ativo no valor de R\$30 milhões em 2018.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 e ao Ofício Circular SNC/SEP nº 01/2007, a Companhia informa que, durante o ano de 2019, os auditores independentes (ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. (EY)), além dos serviços de auditoria externa, também prestaram serviços adicionais relacionados à oferta pública de distribuição secundária de ações (*Follow on*) realizada em março desse ano e prestação de serviços tributários, que totalizaram R\$1,5 milhão líquido de impostos ou 140% do valor total contratado de serviços de auditoria externa.

A Companhia e suas controladas em conjunto adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Na contratação desses serviços, as políticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

A EY declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

Barueri, 19 de fevereiro de 2020.

Diretoria

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais.....	10
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente.....	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações do fluxo de caixa	14
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	73
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	74
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	75

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

• Análise de recuperabilidade do ágio (*goodwill*)

Em 31 de dezembro de 2019, conforme nota explicativa 12, o saldo de ágio (*goodwill*), gerado em combinações de negócios ocorridas até então, totalizava R\$572.199 mil, na Controladora e no Consolidado, representando 16,2% do total do ativo, naquela data. Pelo menos uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável com base em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento anual, adotadas pela Administração. A metodologia e modelagem utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas no fluxo de caixa descontado da Companhia, estimativa para a qual foram utilizadas pela Administração premissas subjetivas, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições de mercado e econômicas esperadas, principalmente quanto ao crescimento de vendas e dos custos, taxas de desconto e risco país.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo e aos potenciais riscos ao resultado do exercício no caso de identificação de perdas ao valor recuperável desse ativo, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de recuperação, dado à utilização de informações de mercado e elevado grau de julgamento exercido pela Administração, na determinação das premissas de seu cálculo. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em avaliação para auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela Administração, na avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável do ativo da Companhia. Nossos procedimentos também incluíram a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de crescimento, taxas de desconto, risco país e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela Administração da Companhia, e analisamos ainda a exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas, bem como analisamos os dados de empresas comparáveis.

Adicionalmente, comparamos o valor recuperável determinado pela Administração da Companhia, com base no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil do ágio e dos ativos da unidade geradora de caixa e avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 12 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio, adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

• **Análise de recuperabilidade do imobilizado**

Conforme nota explicativa 11, em 31 de dezembro de 2019, o saldo do imobilizado, líquido, totalizava R\$1.163.578 mil, na Controladora e no Consolidado, representando 33,0% do total do ativo. A Companhia avalia, periodicamente, o valor recuperável do imobilizado alocado aos restaurantes, com base em estimativas a geração de caixa futura de cada restaurante, para tomada de decisão de reconhecimento de provisão ou não, e, consequentemente para decisão sobre continuidade ou não para os restaurantes que não estão apresentando performance conforme esperado e estimado. A metodologia e modelagem utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas no fluxo de caixa descontado de cada restaurante, estimativa para a qual foram utilizadas premissas subjetivas pela Administração, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições de mercado e econômicas esperadas, principalmente quanto ao crescimento de vendas e dos custos, avaliações de desempenho por restaurantes e taxas de desconto.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo e aos potenciais riscos ao resultado do exercício no caso de identificação de perdas ao valor recuperável desses ativos, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de recuperação, dado à utilização de informações de mercado e elevado grau de julgamento exercido pela Administração, na determinação das premissas de seu cálculo. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela Administração, a avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável do imobilizado da Companhia. Nossos procedimentos também incluíram a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de crescimento, taxas de desconto, os controles e procedimentos executados pela Administração para avaliação de desempenho individual de cada restaurante e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela Administração da Companhia, e analisamos ainda a exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas, bem como analisamos os dados de empresas comparáveis.

Adicionalmente, comparamos o valor recuperável determinado pela Administração da Companhia, com base no fluxo de caixa descontado de cada restaurante, com o valor contábil do imobilizado e avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 11 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do imobilizado, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imobilizado, adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

• **Valor recuperável dos tributos diferidos ativos**

Conforme descrito na nota explicativa 30, a Companhia possui o montante de R\$95.551 mil, na Controladora e no Consolidado, correspondente a créditos tributários diferidos provenientes de prejuízo fiscal e diferenças temporárias, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado internamente pela administração, sobre a geração de lucros tributáveis futuros. A elaboração de tal estudo requer julgamento significativo na determinação da projeção dos lucros tributáveis futuros.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, bem como em relação aos efeitos no resultado do exercício, e grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do potencial impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer sobre o valor dos créditos tributários registrados às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases tributárias conforme legislação tributária vigente. Analisamos e avaliamos as premissas e metodologia usadas pela Administração, nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das vendas e custos, lucro tributável, alíquotas dos tributos, cálculos aritméticos e matemáticos, bem como comparamos certos dados das projeções, quando disponíveis, com outras fontes externas e alinhamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelos órgãos competentes da Companhia. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Adicionalmente, analisamos a adequação das divulgações efetuadas na nota explicativa 30 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade dos tributos diferidos ativos mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos tributos diferidos ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 30, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto.

• **Adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil**

Conforme descrito na nota explicativa 2.22, a Companhia e suas controladas adotaram o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada como método de transição. Esse pronunciamento estabelece alterações à prática contábil para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, representadas substancialmente por aluguel de imóveis administrativos e operacionais (restaurantes), e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo em suas demonstrações financeiras. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo de arrendamento, referente aos pagamentos mínimos futuros e um ativo representando o direito de uso do bem, durante o prazo do arrendamento e também devem reconhecer separadamente as despesas com encargos financeiros sobre o passivo de arrendamento, e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

Em 31 de dezembro de 2019, conforme notas explicativas 2.22, 12 e 15, os saldos referentes ao ativo de direito de uso e ao passivo de arrendamento totalizavam R\$660.986 mil e R\$693.209 mil, respectivamente, representando 18,7% do total do ativo e 39,8% do total do passivo circulante e não circulante, respectivamente. Adicionalmente, no exercício findo nessa mesma data, os valores de amortização de ativo de direito de uso e de despesa financeira, foram R\$107.301 mil e R\$62.091 mil, respectivamente, e o valor pago de passivo de arrendamento foi de R\$137.169 mil.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido: i) a magnitude dos valores envolvidos; ii) a avaliação envolver julgamentos significativos na determinação das premissas e estimativas utilizadas para determinar o ativo de direito de uso e passivo de arrendamento mercantil; e, iii) aos potenciais impactos nos indicadores que são utilizados na análise de atendimento de cláusulas restritivas (covenants) sobre os empréstimos e financiamentos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação da adequação das políticas contábeis de reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento mercantil da Companhia; (ii) inspeção e análise dos contratos de arrendamento mercantil, em base amostral, quanto a adequação à referida norma; (iii) teste, com base em amostras, dos valores mensurados do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento mercantil, ambos registrados pelo valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos; (iv) teste, com base em amostras, dos valores de amortização do ativo de direito de uso; e (v) envolvimento de nossos profissionais especialistas na análise da taxa de juros incremental calculada pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento dos arrendamentos mercantis da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.22, 12 e 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

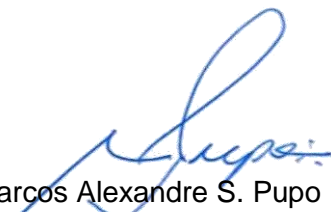
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-1SP221749/O-0

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Balanço patrimonial

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2019	2018	2019	2018
Ativo					
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	325.276	166.962	325.277	174.963
Títulos e valores mobiliários	5	265.622	399.790	265.683	413.136
Títulos e valores mobiliários vinculados	5	13.133	2.486	13.133	2.486
Contas a receber de clientes, líquido	6	60.361	59.528	60.361	59.603
Instrumentos financeiros derivativos	32	-	90	-	90
Estoques	7	99.041	81.276	99.041	81.276
Impostos a recuperar	8	27.558	35.546	27.558	40.393
Despesas antecipadas	9	46.115	26.618	46.115	26.622
Partes relacionadas	21	-	3.753	-	-
Demais contas a receber		25.211	20.609	25.210	21.146
Total do ativo circulante		862.317	796.658	862.378	819.715
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários vinculados	5	1.366	12.361	1.366	12.361
Impostos a recuperar	8	73.120	15.551	73.120	15.551
Depósito judicial	20	33.434	30.382	33.434	30.903
Demais contas a receber		4.464	4.561	4.464	4.561
Investimentos	10	-	462.653	-	-
Imobilizado, líquido	11	1.163.578	884.836	1.163.578	928.225
Intangível, líquido	12	1.389.720	293.792	1.389.720	714.316
Total do ativo não circulante		2.665.682	1.704.136	2.665.682	1.705.917
Total do ativo		3.527.999	2.500.794	3.528.060	2.525.632
Passivo					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	116.556	161.581	116.556	161.581
Fornecedores	14	286.432	239.470	286.432	241.243
Passivos de arrendamento – CP	15	99.156	-	99.156	-
Salários e encargos sociais		96.637	94.620	96.637	95.163
Obrigações corporativas	16	23.760	17.950	23.760	17.961
Obrigações tributárias	17	25.150	30.327	25.150	33.781
Resultado diferido, líquido	18	9.139	9.091	9.139	9.091
Partes relacionadas	21	-	5.664	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital próprio	22	10.054	26.726	10.054	26.726
Demais contas a pagar	19	4.622	13.045	4.683	14.129
Total do passivo circulante		671.506	598.474	671.567	599.675
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	403.314	117.532	403.314	117.532
Provisão para demandas judiciais	20	16.275	9.539	16.275	10.730
Obrigações tributárias	17	12.605	-	12.605	21.753
Resultado diferido, líquido	18	17.928	26.396	17.928	26.396
Passivos de arrendamento – LP	15	594.053	-	594.053	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30	8.452	17.713	8.452	12.492
Demais contas a pagar	19	17.237	14.180	17.237	20.094
Total do passivo não circulante		1.069.864	185.360	1.069.864	208.997
Patrimônio líquido					
Capital social	22	950.768	898.233	950.768	898.233
Reservas de capital e plano de opção de ações		725.417	721.102	725.417	721.102
Ações em tesouraria		(24.214)	-	(24.214)	-
Outros resultados abrangentes	17	17	(2)	17	(2)
Reserva de lucros		134.641	97.627	134.641	97.627
Total do patrimônio líquido		1.786.629	1.716.960	1.786.629	1.716.960
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.527.999	2.500.794	3.528.060	2.525.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação em Reais)

Demonstrações do resultado

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	24	2.867.990	2.186.244	2.867.990	2.348.333
Custo das mercadorias e dos produtos vendidos	25	(1.082.140)	(832.031)	(1.082.869)	(891.292)
Lucro bruto		1.785.850	1.354.213	1.785.121	1.457.041
Despesas operacionais					
Com lojas	26	(1.513.742)	(1.145.177)	(1.518.274)	(1.219.711)
Gerais e administrativas	27	(141.965)	(101.715)	(142.417)	(110.510)
Equivalência patrimonial	10	(6.835)	15.492	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos		123.308	122.813	124.430	126.820
Despesas financeiras	28	(92.293)	(42.146)	(93.281)	(44.608)
Receitas financeiras	29	22.222	51.035	22.617	55.505
Resultado financeiro, líquido		(70.071)	8.889	(70.664)	10.897
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		53.237	131.702	53.766	137.717
Imposto de renda e contribuição social	30	(4.694)	(3.666)	(5.223)	(9.681)
Lucro líquido do exercício		48.543	128.036	48.543	128.036
Resultado básico por ação – em Reais	23	0,2142	0,5758	0,2142	0,5758
Média ponderada de ações – em milhares	23	226.624	222.363	226.624	222.363
Resultado diluído por ação – em Reais	23	0,2139	0,5662	0,2139	0,5662
Média ponderada de ações – em milhares	23	226.913	226.144	226.913	226.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Lucro líquido do exercício	48.543	128.036
Outros resultados abrangentes	19	(2)
Total do resultado abrangente, líquido de impostos	48.562	128.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Descrição	Notas	Reservas de capital							Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital (ágio na emissão de ações)	Custo de emissão de ações	Plano de opção de ações	Recompra de ações	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2017		895.836	980.823	(70.923)	5.822	-	-	-	(194.364)	1.617.194
Absorção de prejuízo por reserva legal	22	-	(194.364)	-	-	-	-	-	194.364	-
Custo de emissão de ações	22	-	-	(4.742)	-	-	-	-	-	(4.742)
Plano de opção de ações	34	-	-	-	4.486	-	-	-	-	4.486
Integralização de capital em 28/08/2018	22	2.397	-	-	-	-	-	-	-	2.397
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	128.036	128.036
Reserva legal	22	-	-	-	-	-	6.401	-	(6.401)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	22	-	-	-	-	-	-	-	(30.409)	(30.409)
Lucros retidos a serem destinados em assembleia	22	-	-	-	-	-	91.226	-	(91.226)	-
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		898.233	786.459	(75.665)	10.308	-	97.627	(2)	-	1.716.960
Plano de opção de ações	34	-	-	-	4.315	-	-	-	-	4.315
Integralização de capital em 2019	22	52.535	-	-	-	-	-	-	-	52.535
Aquisição de ações em tesouraria	22	-	-	-	-	(24.214)	-	-	-	(24.214)
Lucro líquido do exercício	22	-	-	-	-	-	-	-	48.543	48.543
Reserva legal	22	-	-	-	-	-	2.427	-	(2.427)	-
Lucros retidos a serem destinados em assembleia	22	-	-	-	-	-	34.587	-	(34.587)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	22	-	-	-	-	-	-	-	(11.529)	(11.529)
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	-	-	-	-	-	19	-	19
Saldos em 31 de dezembro de 2019		950.768	786.459	(75.665)	14.623	(24.214)	134.641	17	-	1.786.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstrações do fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	53.237	131.702	53.766	137.717
Depreciação e amortização do imobilizado e intangível (Notas 11,12, 27 e 28)	191.487	125.480	195.880	133.144
Amortização de arrendamentos (Nota 2.22)	107.301	-	107.301	-
Provisões de bônus	25.175	27.014	25.175	27.014
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	6.835	(15.492)	-	-
Juros, encargos, variação cambial, variação monetária e AVP sobre passivos de arrendamentos	69.700	(7.585)	69.700	(7.585)
Provisão para demandas judiciais (Nota 20)	15.038	9.820	15.038	11.286
Resultado na baixa de ativo imobilizado, intangível e venda de lojas (Notas 11,12 e 27)	21.496	10.512	22.368	11.503
Custo com plano de ações (Notas 27 e 34)	4.315	4.486	4.315	4.486
Provisão para Impairment (Notas 11 e 27)	2.807	4.205	2.807	4.205
	497.391	290.141	496.350	321.769
Variações em contas de ativos e passivos				
Contas a receber de clientes, líquidos	(832)	1.430	(758)	8.534
Estoques	(17.765)	(41.533)	(17.765)	(39.360)
Impostos a recuperar	(44.726)	(11.367)	(44.734)	(12.039)
Pagamentos antecipados	(19.497)	(1.856)	(19.493)	(1.520)
Instrumentos financeiros ativo	90	35	90	35
Partes relacionadas ativas	3.753	(1.591)	-	-
Demais contas a receber	(4.933)	(15.831)	(5.512)	(15.638)
Fornecedores	45.676	100.517	45.189	96.623
Salários e encargos sociais	(23.158)	(2.224)	(23.701)	(10.081)
Obrigações corporativas	5.799	3.984	5.799	3.052
Obrigações tributárias	(22.736)	(423)	(23.016)	(10.053)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.237)	(19.983)	(5.237)	(24.923)
Resultado diferido, líquido	(8.420)	35.487	(8.420)	35.487
Partes relacionadas passivas	48	5.590	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	19	-	19	-
Demandas judiciais (Nota 20)	(9.378)	(6.502)	(9.493)	(7.342)
Demais contas a pagar	(10.277)	(6.892)	(10.522)	(9.064)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.084)	(28.834)	(8.084)	(30.809)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	377.733	300.148	370.712	304.671
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Valor pago na aquisição de investimentos	-	(389.707)	-	(360.884)
Adiantamento para futuro aumento de capital em empresa controlada (Nota 10)	(457)	(18.572)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado (Nota 11)	(425.867)	(312.811)	(425.967)	(321.443)
Aquisição de ativo intangível (Nota 12)	(47.600)	(16.844)	(47.600)	(17.512)
Caixa adquirido oriundo da incorporação	28	-	-	-
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(568.512)	(709.526)	(569.778)	(722.872)
Resgate de títulos de valores mobiliários	730.285	1.428.723	730.243	1.428.723
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(312.123)	(18.737)	(313.102)	6.012
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Capital integralizado	52.535	2.397	52.535	2.397
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(26.726)	-	(26.726)	-
Custo com emissão de ações	-	(4.742)	-	(4.742)
Compra de ações para tesouraria (Nota 22)	(24.214)	-	(24.214)	-
Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 13)	400.000	-	400.000	-
Custos sobre captação de empréstimos	(2.248)	-	(2.248)	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(169.474)	(214.339)	(169.474)	(235.720)
Pagamentos de passivos de arrendamentos	(137.169)	-	(137.169)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	92.704	(216.684)	92.704	(238.065)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	158.314	64.727	150.314	72.618
Saldo do caixa e equivalentes de caixa:				
No fim do exercício (Nota 4)	325.276	166.962	325.277	174.963
No início do exercício (Nota 4)	166.962	102.235	174.963	102.345
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	158.314	64.727	150.314	72.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstrações do valor adicionado

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas	3.142.866	2.421.388	3.142.886	2.597.856
Venda bruta de mercadorias e serviços (Nota 24)	3.099.265	2.380.497	3.099.265	2.556.121
Descontos e cancelamentos	(735)	(48)	(735)	(48)
Outras receitas	44.336	40.939	44.336	41.783
Insumos adquiridos de terceiros	(1.813.828)	(1.383.347)	(1.815.097)	(1.486.859)
Custo com mercadorias e serviços	(1.082.140)	(832.031)	(1.082.869)	(891.292)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas	(707.019)	(536.927)	(706.896)	(579.636)
Perda na realização de ativos (Nota 27)	(24.303)	(14.717)	(25.175)	(15.708)
Outros custos	(366)	328	(157)	(223)
Valor adicionado bruto	1.329.038	1.038.041	1.327.769	1.110.997
Retenções	(298.788)	(125.480)	(303.181)	(133.144)
Depreciações e amortizações (Notas 2.22, 11, 12, 26 e 27)	(298.788)	(125.480)	(303.181)	(133.144)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.030.250	912.561	1.024.588	977.853
Valor adicionado recebido em transferência	16.472	68.998	23.709	58.050
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	(6.835)	15.492	-	-
Receitas financeiras, líquidas (Nota 29)	23.307	53.506	23.709	58.050
Valor adicionado total a distribuir	1.046.722	981.559	1.048.297	1.035.903
Distribuição do valor adicionado	1.046.722	981.559	1.048.297	1.035.903
Despesas com pessoal	507.752	386.405	507.752	412.096
Remuneração direta e benefícios	478.319	365.128	478.319	389.495
FGTS	29.433	21.277	29.433	22.601
Impostos, taxas e contribuições	331.929	273.417	332.483	293.095
Federais	237.915	208.624	238.469	219.392
Estaduais	77.918	55.686	77.918	64.596
Municipais	16.096	9.107	16.096	9.107
Remuneração de capitais de terceiros	158.498	193.701	159.519	202.676
Despesas financeiras, líquidas (Nota 28)	91.639	41.536	92.612	43.948
Aluguéis	66.859	152.165	66.907	158.728
Remuneração de capital próprio	48.543	128.036	48.543	128.036
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	11.529	30.409	11.529	30.409
Lucro retido	37.014	97.627	37.014	97.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. (“BKB” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Alameda Tocantins, 350 - Alphaville - Barueri – SP, tendo como objetivo social: (i) desenvolvimento e exploração de restaurantes com as marcas “Burger King” e “Popeyes” no Brasil; (ii) a prestação de serviços de assessoria e suporte aos restaurantes que operem com o sistema “Burger King” no Brasil; (iii) o comércio, importação e exportação de produtos relacionados às atividades acima referidas; e (iv) a participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades acima, no Brasil, como sócia, quotista ou acionista.

a) Operação Burger King

O direito e exploração de restaurantes com a marca “Burger King” foi obtido mediante contrato “*Master Franchise*” firmado com a Burger King Corporation (“BKC”) em 9 de julho de 2011. Os direitos de exploração possuem duração de 20 anos, podendo ser renovados por mais 20 anos, caso haja interesse das partes (Nota 21).

A Companhia obtém do Burger King Corporation, detentora da marca Burger King, o franqueamento pelo prazo de 20 anos contados a partir da data de inauguração de cada loja. Na abertura de cada loja são pagos:

Taxa de franquia:

- *Free Standing/Food Court/in Line* a US\$45 mil;
- *Express* a US\$30 mil;
- *Kiosk* a US\$5 mil;
- *Royalties*: 5% sobre o faturamento líquido mensal;
- Fundo de *marketing* 5% sobre o faturamento líquido mensal.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

a) Operação Burger King--Continuação

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia possuía 673 e 631 lojas próprias respectivamente, conforme abaixo:

	2019	2018
Estado de Alagoas	4	4
Estado da Bahia	12	11
Estado do Ceará	15	15
Distrito Federal	10	16
Estado do Espírito Santo	11	12
Estado de Goiás	23	20
Estado do Maranhão	5	5
Estado de Mato Grosso	5	5
Estado de Mato Grosso do Sul	3	1
Estado de Minas Gerais	51	49
Estado do Pará	7	6
Estado da Paraíba	5	5
Estado de Pernambuco	15	14
Estado do Piauí	2	2
Estado do Paraná	40	36
Estado do Rio de Janeiro	97	89
Estado do Rio Grande do Norte	3	3
Estado do Rio Grande do Sul	38	36
Estado de Santa Catarina	3	0
Estado de Sergipe	6	5
Estado de São Paulo	318	297
Total de Lojas	673	631

b) Operação Popeyes

Em linha com seu plano de expansão, em 20 de março de 2018, a Companhia e o Popeyes Louisiana Kitchen, Inc. anunciaram contrato de “*Master Franchise*”.

Com a assinatura dos contratos, o BKB passou a ter o direito exclusivo de desenvolver e operar restaurantes, por meio de operação própria ou franqueados, com a marca POPEYES® no Brasil durante um período de 20 anos.

Os contratos estabelecem metas anuais visando uma aceleração gradual do crescimento de restaurantes próprios e/ou franqueados, dentre as quais destaca-se a abertura de mais de 300 restaurantes no período inicial de 10 anos.

Os contratos também preveem que a Companhia deve ser a prestadora exclusiva de serviços para a marca POPEYES® no Brasil, provendo serviços de *marketing*, treinamento, monitoramento, *procurement*, auditoria, entre outros, para os restaurantes franqueados no Brasil, podendo, para tais fins, cobrar taxa de serviços dos seus franqueados.

Além disso, os *royalties* e a contribuição ao fundo de *marketing* foram estabelecidos em patamares similares aos aplicáveis à marca BURGER KING® no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 41 lojas abertas no estado de São Paulo e 8 lojas em 31 de dezembro de 2018.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pelo seu Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2020.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e são aplicáveis às informações comparativas de 31 de dezembro de 2018, exceto no que se trata do CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS16 – Arrendamento Mercantil, que conforme a norma, não é exigido informações comparativas para a adoção com abordagem retrospectiva modificada, porém necessárias informações adicionais, sendo as mesmas tratadas na Nota 2.22.

Em conformidade com a OCPC 07/CTG 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2019.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios. A Administração efetua periodicamente uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O CPC 22/NBC TG 22 (R2)/IFRS 8 - Informações por Segmento requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Companhia desenvolve suas atividades e baseia sua tomada de decisão de negócio considerando um segmento operacional, referente à venda de alimentos e bebidas em restaurantes operados pela Companhia.

2. Políticas contábeis--Continuação

Estimativas

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos intangíveis, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, no mínimo anualmente.

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da BKB e das suas controladas (Nota 10), incorporadas em 2019 (Nota 3), e do fundo de investimento exclusivo XPA- BK (Nota 5).

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de suas aquisições, conforme mencionado na Nota 1. As demonstrações financeiras das controladas foram elaboradas para o mesmo período da Companhia, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupal, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

2.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Combinação de negócios--Continuação

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio (*Goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.3. Moeda funcional e apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional (o Real), usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.5. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços de gerenciamento e assessoria a franqueados somente é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços e quando os benefícios forem transferidos aos franqueados, mediante aplicação de percentuais sobre as vendas mensais.

Receita de aplicações financeiras

A receita sobre as aplicações financeiras e equivalentes de caixa é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investimento. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração de resultado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- (ii) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- (iii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e revertido na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço (em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foi utilizado 34%).

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária.

Imposto indiretos (PIS, COFINS, ICMS)

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- (i) Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- (ii) Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- (iii) Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia adotou o CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros em substituição ao CPC38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração a partir de 1 de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16. As alterações realizadas nas políticas contábeis da Companhia estão descritas abaixo, assim como seus impactos nas demonstrações financeiras:

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Classificação de Ativos Financeiros

O CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que contém três principais categorias de classificação: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma elimina as categorias existentes no CPC38 (IAS 39) de mantidos até o vencimento, mantidos para negociação, empréstimos e recebíveis, e disponível para venda.

Esta alteração não gerou quaisquer impactos retrospectivos na mensuração de ativos financeiros da Companhia. Prospectivamente para os instrumentos patrimoniais mensurados ao VJORA, quando de sua liquidação ou transferência, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes não mais afetam o resultado, sendo imediatamente reclassificado para a rubrica de lucros ou prejuízos acumulados, no patrimônio líquido.

Contabilidade de *Hedge*

A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos do CPC48/NBC TG 48/IFRS 9 em relação a contabilidade de *hedge*. Estes requerimentos exigem que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia, tornam a avaliação de efetividade uma abordagem mais qualitativa e prospectiva e proíbem a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*.

A Companhia possui instrumentos designados como *hedge* de fluxo de caixa, e passou a reconhecer as mudanças no valor justo referente a marcação de mercado de *hedge*, em outros resultados abrangentes. Quando ocorre a liquidação do instrumento, estes custos de *hedge* são reclassificados ao resultado.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*) de ativos financeiros

O CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas esperadas”. Esse novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Para as aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, a Companhia não obteve efeitos relevantes nas perdas de crédito, dados os ratings elevados de suas contrapartes.

Para o contas a receber a Companhia considera os impactos nas perdas estimadas futuras de crédito devido sua atividade comercial e as operadoras de cartões com quem mantém relacionamento são imateriais.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia utilizou instrumentos financeiros derivativos, como contratos *swaps* de taxa de juros e *Non-Deliverable Forward* (NDF) para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, na rubrica de despesa ou receita financeira.

2.9. Investimentos (Controladora)

A participação societária que a Companhia possuía diretamente nas controladas (Nota 10) estavam avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em controlada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo de aquisição, adicionado das variações após a aquisição da participação societária nas controladas.

As informações financeiras das controladas foram elaboradas para o mesmo período da Companhia. Os exercícios sociais das controladas e as suas práticas contábeis são os mesmos que o da Companhia. Quando necessário, foram efetuados ajustes para que as políticas contábeis estivessem de acordo com as adotadas pela Companhia.

2.10. Imobilizado

Os itens de imobilizado são apresentados ao custo de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A Companhia capitaliza custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de ativos elegíveis para fins de uso.

Adicionalmente, a Companhia capitaliza os custos internos relacionados aos profissionais integralmente dedicados aos projetos de construção de restaurantes, e são alocados a cada novo restaurante aberto. Esses gastos começam a ser capitalizados quando o projeto para a construção do restaurante é provável, considerando a identificação da localização e de sua viabilidade.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos ativos, conforme informado na Nota 11.

2.11. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Marcas, direito de uso de imóveis e licenças

Uso da marca Burger King (Franchise fee)

As marcas compreendem os direitos de uso de marca pagos a Burger King Corporation pela abertura de cada loja. O prazo de amortização é de 20 anos a partir da data da inauguração do restaurante.

Uso da marca Popeyes (Franchise fee)

As marcas compreendem os direitos de uso de marca pagos a Popeyes Louisiana Kitchen, Inc. pela abertura de cada loja. O prazo de amortização é de 20 anos a partir da data da inauguração do restaurante.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Ativos intangíveis--Continuação

Marcas, direito de uso de imóveis e licenças--Continuação

Direito de uso de imóveis (Cessão de direito de uso)

Os direitos de uso de imóveis correspondem aos locais onde estão inseridos e localizados os “pontos de vendas” ou lojas os quais são pagos aos locadores de tais espaços. As amortizações são calculadas de forma linear de acordo com o prazo do contrato firmado entre a locatária, a Companhia, e o locador, proprietário do imóvel.

Licenças de softwares (Direito de uso de software)

Correspondem às licenças adquiridas pela Companhia pelo o uso de *softwares*. As amortizações são calculadas de forma linear em um prazo médio de cinco anos e custos com manutenção são reconhecidos diretamente no resultado.

Ágio (Goodwill)

Constituído através das transações de Combinação de Negócios. Anualmente, é revisada a sua recuperabilidade através de teste de *impairment*, conforme Notas 2.13 e 12.

2.12. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor.

2.13. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Os seguintes critérios são também aplicados para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*)

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem que pode existir perda por desvalorização do valor contábil (vide detalhamento da análise anual na Nota 12).

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Ativos intangíveis

O período e o método de amortização para o ativo intangível com vida útil definida são revisados ao final de cada exercício social, quando houver indicativo de “*impairment*”, mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível (Nota 12). Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não houve indicadores de perda e não houve mudança de vida útil de indefinida para definida.

2.14. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação e/ou possui compromisso de recompra.

2.15. Títulos e valores mobiliários e Títulos e valores mobiliários vinculados

Os títulos e valores mobiliários são mensurados com base nos rendimentos e registrados no resultado quando incorridos, não apresentando diferenças significativas em relação ao seu valor justo. Dessa forma, não houve ajuste do valor justo em conta do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

A participação no fundo de investimento exclusivo foi consolidada considerando a segregação dos investimentos que compõem o patrimônio do fundo (Notas 2.1 e 5).

2.16. Resultado diferido, líquido

A Companhia possui operações com fornecedores, os quais pagam valores a título de exclusividade de vendas de produtos e exposição de marca nas lojas, e por volume de compras, os quais são registrados como receitas diferidas, no passivo circulante e não circulante, e são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica Outras receitas (despesas) operacionais no prazo de vigência, do contrato firmado com o fornecedor.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.17. Fornecedores conveniados

A Companhia possui passivos financeiros junto a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras, cujos vencimentos foram postergados, ou os fornecedores receberam antecipadamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito da Companhia com instituições (Nota 14).

2.18. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As demais estimativas e provisões podem ser verificadas nas Notas 2.7; 2.10; 2.13; e 2.21.

2.19. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/NBC TG 03 (R3)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09/NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/NBC TG 41 (R2)/IAS 33 - Resultado por Ação.

Os dados de comparação dos lucros/prejuízos básico e diluído se baseiam na média ponderada de ações em circulação do exercício, e todas as ações com potencial de diluição em aberto para cada exercício apresentado, respectivamente.

O lucro diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações que não estão em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e as ações resgatáveis de participação de acionistas não controladores tivessem sido emitidas durante os respectivos períodos, utilizando o preço médio ponderado das ações.

2.21. Estimativas e premissas contábeis significativas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Vide detalhe na Nota 12.

Impostos

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21. Estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Impostos--Continuação

A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal, sem prazo de vencimento para sua utilização.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.22. Ativos arrendados - Efeitos da adoção do CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS16

Em janeiro de 2016, foi emitida a IFRS 16 – Arrendamento Mercantil e em dezembro de 2017, foi emitido o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil, aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019. A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, uma vez que a adoção antecipada não era permitida no Brasil.

A IFRS 16/CPC 06(R2)/NBC TG 06 (R3) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A IFRS 16/ CPC 06(R2)/NBC TG 06 (R3) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.22. Ativos arrendados - Efeitos da adoção do CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS16-- Continuação

Arrendamentos em que a Companhia atua como arrendatária

A Companhia reconheceu como ativo (“ativo de direito de uso”) (Nota 12), os seus contratos referentes a locação de imóveis administrativos e operacionais (lojas). O que antes era tratado como despesa de aluguel passou a ser registrado como amortização de “direitos de uso” e juros sobre as obrigações de alugueis, divulgadas como “Passivos de Arrendamento”. Consequentemente, o EBITDA e o resultado operacional foram afetados.

Transição

A Companhia aplicou a CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada que não exige a apresentação das informações de períodos anteriores comparativas.

Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa de empréstimo incremental dos arrendatários (taxa nominal).

Os contratos de arrendamento possuem prazo médio de 10 anos e a Companhia fez uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir, dentre outros. A Companhia tem como política efetuar a percepção tardia pelo menos um ano antes do vencimento do contrato de arrendamento.

Os fluxos reais (excluindo inflação estimada em 2020 - 4,1%, 2021 - 3,8%, 2022 – 3,5%, acima de 2023 em 4% para os próximos 7 anos) de pagamentos foram estimados brutos de impostos e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. Em conformidade com a CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados.

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicou o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e a ICPC 03/IFRIC 4.

A taxa de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseado no CDI projetado + *spread* atual (taxa nominal).

A Companhia reconheceu os ativos e passivos para os seus contratos de arrendamento referente a locação de imóveis administrativos e operacionais, seguindo o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2019 sobre o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16, o qual impactou principalmente na questão tributária, em que foi definido o reconhecimento bruto de Impostos. Com isso, o saldo de Arrendamentos a pagar, considera o montante equivalente a aproximadamente 9,25% de PIS/COFINS.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.22. Ativos arrendados - Efeitos da adoção do CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS16--Continuação**

Com base nas informações, apresentamos abaixo a movimentação do direito de uso e obrigações do arrendamento mercantil da Companhia:

Direito de uso de arrendamento mercantil	Valor
Saldo 31 de dezembro de 2018	-
Arrendamentos reconhecidos na transição para o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16	612.223
Adições e atualizações de arrendamentos reconhecidos no exercício (i)	167.001
Amortização de direito de uso (aluguel) (Notas 26 e 27)	(118.238)
Saldo 31 de dezembro de 2019 (Nota 12)	660.986
Obrigações de arrendamento mercantil	Valor
Saldo 31 de dezembro de 2018	-
Arrendamentos reconhecidos na transição para o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16	859.815
Adições e atualizações de arrendamentos reconhecidos no exercício (i)	255.658
Baixa por pagamento de passivos de arrendamento (Nota 30)	(151.150)
AVP reconhecido na transição para o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS16	(247.592)
Adições de AVP reconhecidos no exercício	(88.657)
Baixa de juros acumulados (AVP) (Nota 28)	65.135
Saldo 31 de dezembro de 2019 (Nota 15)	693.209
Circulante (Nota 15)	99.156
Não circulante (Nota 15)	594.053
Resultado de arrendamento mercantil	Valor
Saldo 31 de dezembro de 2018	-
Despesas com lojas - aluguel variável	(19.066)
Amortização de direito de uso (aluguel) (Notas 5, 26, 27 e 30)	(107.301)
Despesas financeiras - Juros acumulados (AVP) (Notas 5, 28 e 30)	(62.091)
Saldo 31 de dezembro de 2019	(188.458)

(i) As atualizações de índices financeiros devidos das Obrigações de Arrendamento Mercantil são registradas de acordo com cada contrato ocasionando impactos nas rubricas de AVP de Passivos de arrendamento e Ativo de Direito de Uso. Estas atualizações, quando ocorrem, não impactam o resultado do exercício, mas apenas as rubricas patrimoniais.

2.23. Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a seus empregados, tais como vale-refeição para os empregados da Administração, fornecimento de refeição para os empregados dos restaurantes, assistência médica e odontológica, vale-transporte e remuneração variável.

Participação nos resultados

O programa de participação de resultados é aprovado anualmente e é fundamentado em metas individuais e da Companhia como um todo. Em 2019, as metas foram atingidas pela Companhia e pelos colaboradores, portanto o programa de participação dos resultados que foi provisionado para o exercício de 2019, será pago em exercício subsequente. O valor referente a provisão do programa de participação de resultado é registrado na rubrica de Salários e encargos sociais, no balanço patrimonial.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.24. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

No Estatuto Social é assegurado ao acionista dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido anual da Companhia, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social, na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Segundo a legislação brasileira, Lei 9.249/1995, as empresas têm a opção de distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP"), calculados com base na taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), que são dedutíveis para fins de imposto de renda, nos termos da legislação aplicável e, quando distribuídos, podem ser considerados parte dos dividendos mínimos obrigatórios.

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia (Nota 22). Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia do Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado (Nota 30).

2.25. Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro – ICPC 22/ITG 22/IFRIC 23

A Interpretação referente a Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro ICPC 22/ITG 22/IFRIC 23 trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32/NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o Lucro) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos.

A Companhia avaliou os tratamentos fiscais incertos separadamente e as suposições em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais sobre a determinação do lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

A Companhia determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária, que é provável que seus tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às subsidiárias) serão aceitos pelas autoridades fiscais. Essa Interpretação não gerou impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

3. Combinação de negócios

Aquisições

Em 17 de outubro de 2017, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações, para aquisição dos franqueados sob o mesmo controle comum, King Food Comércio de Alimentos S.A., Good Food Comércio de Alimentos S.A. e Fast Burger Comércio de Alimentos S.A., que possuem no total 51 restaurantes e 20 quiosques de sobremesa do sistema BURGER KING®.

O valor agregado da transação foi de R\$404 milhões (Nota 10), mediante ao cumprimento de diversas condições suspensivas, entre elas, a aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) que ocorreu em 31/01/2018 de forma satisfatória para o BKB publicada no Diário Oficial da União (“DOU”), a realização da oferta pública inicial de ações da Companhia ocorrida em 18 de dezembro de 2017 e a conclusão satisfatória de *due diligence* jurídica, contábil, financeira e operacional das companhias.

Em 02 de abril de 2018, a Companhia confirmou a operação de aquisições do controle das seguintes entidades legais (denominadas em conjunto “Centro-Sul”), com o intuito de aumentar o número de restaurantes e maximizar seus resultados através da sinergia das operações, além de centralizar sua administração e sua gestão de capital.

Empresa	Data de aquisição	% de aquisição
King Food Comércio de Alimentos S.A.	02/04/2018	100%
Good Food Comércio de Alimentos S.A.	02/04/2018	100%
Fast Burger Comércio de Alimentos S.A.	02/04/2018	100%

Nessa operação, foram adquiridos 51 restaurantes e 20 quiosques de sobremesa.

A composição da contraprestação, alocação do preço da aquisição, identificação do valor de mercado dos ativos líquidos calculados e alocação do ágio estão demonstrados a seguir:

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

3. Combinação de negócios--Continuação

Aquisições--Continuação

	King Food	Good Food	Fast Burger (i)	Total
Valor pago na aquisição	95.174	155.672	138.861	389.707
Valor a pagar (Nota 19)	3.710	4.887	5.583	14.181
Subtotal da contraprestação (Nota 10)	98.884	160.559	144.444	403.887
Ajuste a valor presente (Nota 10 e 12)	(717)	(945)	(1.080)	(2.742)
Total da contraprestação	98.167	159.614	143.364	401.145

	Valor contábil				Ajuste a Fair Value (PPA)				Valor justo			
	King Food	Good Food	Fast Burger	Total	King Food	Good Food	Fast Burger	Total	King Food	Good Food	Fast Burger	Total
Ativo circulante, líquido de caixa adquirido	6.821	22.877	14.572	44.270	-	-	-	-	6.821	22.877	14.572	44.270
Outros ativos não circulantes	2.401	1.604	3.609	7.614	-	-	-	-	2.401	1.604	3.609	7.614
Imobilizado (Nota 11)	13.564	10.847	14.052	38.463	-	-	-	-	13.564	10.847	14.052	38.463
Intangível (Nota 12)												
Ágio (Goodwill)	-	-	-	-	88.469	137.713	143.934	370.116	88.469	137.713	143.934	370.116
Franchise fee - marca	522	598	1.508	2.628	1.226	1.265	802	3.293	1.748	1.864	2.311	5.922
Direito de uso de imóvel	434	346	1.071	1.851	3.927	5.905	7.242	17.074	4.361	6.251	8.314	18.925
Software	221	205	89	515	-	-	-	-	221	205	89	515
	23.963	36.477	34.901	95.341	93.622	144.884	151.978	390.483	117.585	181.361	186.879	485.825
Passivo circulante	13.088	13.372	28.295	54.755	-	-	-	-	13.088	13.372	28.295	54.755
Passivo não circulante (ii)	6.330	8.374	15.220	29.924	-	-	-	-	6.330	8.374	15.220	29.923
Ativos líquidos adquiridos ao valor justo	4.545	14.731	(8.614)	10.662	93.622	144.884	151.978	390.483	98.167	159.614	143.364	401.145

(i) O valor da contraprestação poderá sofrer modificação tendo em vista que uma das lojas adquiridas desta controlada não possuía 12 meses operacionais na data da aquisição, sendo assim, após o término do exercício de 2018 o cálculo da loja foi reperformado. A Companhia tem ciência que a o valor de sua contraprestação poderá sofrer alteração.

(ii) A partir de 2015, não houve mais diferenças entre livros fiscais e contábeis acerca de Combinações de negócio, não sendo mais apurado tributos diferidos.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

3. Combinação de negócios--Continuação

Incorporações

Em 28 de junho de 2019, a King Food Comércio de Alimentos S.A., Good Food Comércio de Alimentos S.A. e Fast Burger Comércio de Alimentos S.A, foram incorporadas pela Companhia. Em 07 de outubro de 2019 a BGMAXX BA Comércio de Produtos Alimentícios Ltda e BGMAXX Comércio de Produtos Alimentícios Ltda foram incorporadas pela Companhia.

As incorporações foram efetuadas com base em laudos técnicos de especialistas considerando seus acervos líquidos contábeis, eliminando os saldos entre controladas nas respectivas datas de incorporações, resumidos abaixo, não gerando impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido da Companhia:

	King Food	Good Food	Fast Burger	BGMAXX BA	BGMAXX AL	Ajuste a fair value	Total
Ativo							
Total do ativo circulante	2.641	16.106	6.414	1.698	25	-	26.884
Outros ativos não circulantes	1.621	926	3.520	179	84	-	6.331
Imobilizado, líquido (Nota 11)	13.313	9.959	14.375	1.929	59	-	39.636
Intangível (Nota 12)	1.027	1.073	2.159	936	10	411.166	416.371
Total do ativo	18.603	28.064	26.469	4.742	178	411.166	489.221
Passivo							
Total do passivo circulante	375	1.066	2.904	1.719	1.730	-	7.794
Total do passivo não circulante	5.492	10.948	9.720	1.396	339	-	27.895
Total do acervo líquido incorporado (Nota 10)	12.735	16.051	13.845	1.627	(1.891)	411.166	453.533

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	28.221	28.663	28.221	28.663
Bancos	3.333	1.487	3.334	1.567
Aplicações financeiras	293.722	136.812	293.722	144.733
Total de caixa e equivalentes de caixa	325.276	166.962	325.277	174.963

Tipo de aplicação	Rentabilidade anual	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
CDB	de 100,1% à 101,2% do CDI	100.515	34.092	100.515	34.117
Compromissada	De 50% a 80% do CDI	166.762	-	166.762	-
Aplicação automática	de 10% à 60% do CDI	26.445	102.720	26.445	110.616
Total de aplicações financeiras		293.722	136.812	293.722	144.733

Essas aplicações possuem liquidez imediata e a Companhia pode resgatá-las a qualquer momento sem mudança significativa no valor. Tais aplicações financeiras fazem jus a política interna da Companhia respeitando os limites entre instituições financeiras, *ratings* e critérios de liquidez.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

5. Títulos e valores mobiliários

Tipo de aplicação	Rentabilidade anual	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fundo de investimento exclusivo - XPA BK (i)	de 100% a 126% do CDI ou IPCA	211.852	227.492	-	-
Letras Financeiras do Tesouro ("LFT")	de 100% a 126% do CDI ou IPCA	-	-	114.643	113.352
Fundos de investimentos	IPCA	-	-	29.621	15.299
LAM - Letras de Arrendamento Mercantil	de 102% a 102,1% do CDI	-	58.955	-	58.955
CDB	de 100% do a 109% do CDI	53.770	113.502	59.750	133.010
Aplicações em debêntures	de 100% a 112% do CDI	-	-	18.209	34.152
Letras Financeiras ("LF")	de 100% a 111,2% do CDI ou IPCA	-	-	42.631	58.527
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	IPCA	-	-	829	-
Fundo de investimento e CDB (ii)	99% do CDI	1.366	2.327	1.366	2.327
Compromissadas (iii)	100% do CDI	13.133	12.361	13.133	12.361
Total de títulos e valores mobiliários		280.121	414.637	280.182	427.983
Circulante		278.755	402.276	278.816	415.622
Títulos e valores mobiliários		265.622	399.790	265.683	413.136
Títulos e valores mobiliários vinculados		13.133	2.486	13.133	2.486
Não circulante		1.366	12.361	1.366	12.361

(i) XPA BK FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR - Fundo de investimento exclusivo, com participação da Companhia em 100% e criado em 29/12/2017. A carteira deste fundo, por tipo de aplicação está demonstrada nos saldos consolidados, e é composta por letras financeiras do tesouro e fundos de investimentos.

(ii) Aplicações financeiras dadas em garantia aos empréstimos e financiamentos mencionados na Nota 13 e seu resgate está vinculado a data de vencimento destes empréstimos.

(iii) Operações compromissadas (conta vinculada) dadas em garantia a 6ª emissão de debêntures mencionado na Nota 13.2.

6. Contas a receber de clientes, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Operações de vendas	47.229	49.506	47.229	49.581
Prestação de serviços com franqueados	3.883	3.032	3.883	3.032
Prestação de serviços com partes relacionadas (Nota 21)	438	655	438	655
Outros valores a receber	8.811	6.335	8.811	6.335
Total de contas a receber	60.361	59.528	60.361	59.603

Conforme mencionado na Nota 13, uma parte do fluxo financeiro de contas a receber com cartões de crédito e vouchers de refeição é dada em garantia nas transações de empréstimos e financiamentos (debêntures).

7. Estoques

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Mercadoria para revenda (lojas)	61.444	46.179
Centro de Distribuição – BKB	28.099	26.006
Brindes	9.498	9.091
Total de estoques	99.041	81.276

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ a recuperar	1.973	2.368	1.973	3.468
CSLL a recuperar	839	1.116	839	1.493
IRRF a compensar	2.366	1.976	2.366	1.976
ICMS a compensar	23.206	9.676	23.206	10.037
PIS não cumulativo a recuperar	15.904	5.007	15.904	5.528
COFINS não cumulativo a recuperar	52.486	22.809	52.486	25.297
INSS a recuperar	3.551	7.787	3.551	7.787
Outros	353	358	353	358
Total de impostos a recuperar (i)	100.678	51.097	100.678	55.944
Circulante	27.558	35.546	27.558	40.393
Não circulante	73.120	15.551	73.120	15.551

- (i) O aumento dos saldos de impostos a recuperar incluem o reconhecimento de créditos tributários extemporâneos. A Companhia tem como expectativa a compensação desses créditos até 2022.

9. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamentos a fornecedores de serviços e materiais	10.130	12.755	10.130	12.759
Despesas a reembolsar - Fundo de <i>Marketing</i>	35.985	13.863	35.985	13.863
Total de pagamentos antecipados	46.115	26.618	46.115	26.622

10. Investimentos

As movimentações dos saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão demonstradas a seguir:

	Controladora	
	2019	2018
Saldo inicial	462.653	17.965
Participação societária (Nota 3)	-	403.887
Adiantamento para futuro aumento de capital - em caixa	457	18.572
Adiantamento para futuro aumento de capital – PERT (i)	-	6.737
AVP sobre contas a pagar pela aquisição de investimento (Nota 3)	(2.742)	-
Incorporação de controladas (Nota 3)	(453.533)	-
Equivalência patrimonial	(6.835)	15.492
Saldo Final	-	462.653

- (i) Em 2018, as controladas aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT). Na ocasião foi utilizado o prejuízo fiscal da Companhia para quitar parte da dívida da controlada e reconhecido um aporte dessa transação.

As investidas BGMAXX BA, BGMAXX AL, KING FOOD, FAST BURGER E GOOD FOOD em 31 de dezembro de 2019 apresentavam despesas referente a Equivalência patrimonial de R\$1.819, R\$237, R\$1.441, R\$1.636 e R\$1.702 respectivamente.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

10. Investimentos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2018, são como seguem:

	2018					
	BGMXX BA	BGMXX AL	KING FOOD	FAST BURGER	GOOD FOOD	Total
Ativo						
Circulante	1.662	29	5.041	9.422	17.595	33.749
Não circulante	3.158	98	16.518	21.606	13.497	54.877
Total ativo	4.820	127	21.559	31.028	31.092	88.626
Passivo						
Circulante	2.702	1.524	907	5.228	1.532	11.893
Não circulante	-	257	6.475	10.319	11.807	28.858
Total passivo	2.702	1.781	7.382	15.547	13.339	40.751
Patrimônio líquido	2.118	(1.654)	14.177	15.481	17.753	47.875
Total passivo e patrimônio líquido	4.820	127	21.559	31.028	31.092	88.626
% de participação na controlada	100%	100%	100%	100%	100%	
Receita operacional líquida	-	-	41.216	71.591	54.922	167.729
Equivalência patrimonial (i)	34	292	4.103	9.171	1.892	15.492

(i) As receitas operacionais das controladas estão sendo parcialmente reconhecidas na Controladora.

A Companhia possuía participação integral nessas controladas e para fins de consolidação o acervo líquido contábil é eliminado na rubrica de Investimentos, permanecendo o saldo de mais-valia, o qual é reclassificado para a rubrica de Intangível (Nota 12).

11. Imobilizado, líquido

	Range da taxa anual de depreciação	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Instalações, benfeitorias e projetos	(i)	524.503	405.632	524.503	427.375
Máquinas e equipamentos	5% à 25%	235.785	156.394	235.785	170.758
Móveis e utensílios	6% à 20%	57.550	38.776	57.550	43.457
Computadores e periféricos	2% à 5%	67.716	41.438	67.716	43.897
Outros ativos	-	288.364	250.129	288.364	250.271
(-) Provisão para <i>impairment</i>	-	(10.340)	(7.533)	(10.340)	(7.533)
Total de imobilizado		1.163.578	884.836	1.163.578	928.225

(i) Conforme vigência dos contratos de aluguéis, em média de 10 anos.

No exercício de 2019, foram capitalizados encargos financeiros no valor de R\$986.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Imobilizado, líquido--Continuação

As movimentações do imobilizado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, estão demonstradas a seguir:

	Controladora					(-) Provisão para impairment	Total
	Instalações, benfeitorias e projetos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Outros ativos (ii)		
Custo							
Saldo em 2017	570.640	183.765	50.774	90.659	129.167	(3.328)	1.021.677
Adições (ii)	41.098	-	-	5	271.708	-	312.811
Transferências	61.528	55.887	13.112	16.028	(146.555)	-	-
Baixas	(5.490)	(1.557)	(1.390)	(2.822)	(3.162)	-	(14.421)
Venda de lojas	(3.951)	(1.474)	(328)	(703)	(1.029)	-	(7.485)
Impairment (Nota 27)	-	-	-	-	-	(4.205)	(4.205)
Saldo em 2018	663.825	236.621	62.168	103.167	250.129	(7.533)	1.308.377
Adições	38.660	58	-	-	387.149	-	425.867
Incorporação (Nota 3)	20.265	12.891	3.992	2.488	-	-	39.636
Transferências	175.100	101.818	23.938	47.730	(348.586)	-	-
Baixas	(11.998)	(2.503)	(540)	(3.498)	2.838	-	(15.701)
Venda de lojas (i)	(11.175)	(4.254)	(1.031)	(1.660)	(3.166)	-	(21.286)
Impairment (Nota 27)	-	-	-	-	-	(2.807)	(2.807)
Saldo em 2019	874.677	344.631	88.527	148.227	288.364	(10.340)	1.734.086
Depreciação							
Saldo em 2017	(199.604)	(59.971)	(18.315)	(48.140)	-	-	(326.030)
Adições	(64.951)	(22.061)	(6.001)	(16.716)	-	-	(109.729)
Baixas	4.320	1.140	762	2.555	-	-	8.777
Venda de lojas	2.042	665	162	572	-	-	3.441
Saldo em 2018	(258.193)	(80.227)	(23.392)	(61.729)	-	-	(423.541)
Adições	(103.695)	(30.644)	(8.039)	(22.673)	-	-	(165.051)
Baixas	5.340	406	58	2.677	-	-	8.481
Venda de lojas (i)	6.374	1.619	396	1.214	-	-	9.603
Saldo em 2019	(350.174)	(108.846)	(30.976)	(80.511)	-	-	(570.508)
Total do imobilizado em 2018	405.632	156.394	38.776	41.438	250.129	(7.533)	884.836
Total do imobilizado em 2019	524.503	235.785	57.550	67.716	288.364	(10.340)	1.163.578

(i) Alienação de 12 lojas, alinhado com a estratégia da Administração de foco em aumento da rentabilidade e do retorno sobre o capital investido, gerando perda de capital líquido de R\$196 no exercício de 2019 (R\$4.270 em 2018) (Nota 27, rubricas "Receita com lojas vendidas" e "Baixa de ativos de lojas vendidas").

(ii) Lojas construídas e/ou reformadas, substancialmente, que serão realocadas para os grupos do imobilizado conforme política da Companhia R\$149.888 (R\$147.901 no exercício de 2018), obras referente às lojas em construção R\$25.683 (R\$14.344 no exercício de 2018), equipamentos novos em estoque R\$65.197 (R\$46.824 no exercício de 2018), equipamentos em manutenção R\$2.448 (R\$1.585 no exercício de 2018), e outros ativos em andamento R\$45.148 (R\$39.475 no exercício de 2018).

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Imobilizado, líquido--Continuação

	Consolidado					(-) Provisão para impairment	Total
	Instalações, benfeitorias e projetos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Outros ativos (ii)		
Custo							
Saldo em 2017	576.965	190.546	55.829	91.646	129.286	(3.328)	1.040.944
Adições	43.019	1.415	121	268	276.620	-	321.443
Aquisição	19.525	12.736	4.413	1.738	50	-	38.463
Transferências	63.625	57.182	13.417	17.243	(151.467)	-	-
Baixas	(5.511)	(1.793)	(1.802)	(2.983)	(3.162)	-	(15.251)
Venda de lojas	(4.092)	(1.666)	(345)	(703)	(1.029)	-	(7.835)
Impairment (Nota 27)	-	-	-	-	-	(4.205)	(4.205)
Saldo em 2018	693.531	258.420	71.633	107.209	250.298	(7.533)	1.373.558
Adições	38.660	58	100	-	387.149	-	425.967
Transferências	175.595	101.688	23.551	47.894	(348.728)	-	-
Baixas	(11.998)	(2.503)	(540)	(3.498)	2.838	-	(15.701)
Venda de lojas (i)	(11.175)	(4.254)	(1.031)	(1.660)	(3.166)	-	(21.286)
Impairment (Nota 27)	-	-	-	-	-	(2.807)	(2.807)
Saldo em 2019	884.613	353.409	93.713	149.945	288.391	(10.340)	1.759.731
Depreciação							
Saldo em 2017	(204.492)	(65.223)	(22.434)	(49.153)	-	-	(341.302)
Adições	(68.026)	(24.244)	(6.690)	(17.447)	(27)	-	(116.434)
Baixas	4.320	1.140	786	2.716	-	-	8.962
Venda de lojas	2.042	665	162	572	-	-	3.441
Saldo em 2018	(266.156)	(87.662)	(28.176)	(63.312)	(27)	-	(445.333)
Adições	(105.668)	(31.987)	(8.441)	(22.808)	-	-	(168.904)
Baixas	5.340	406	58	2.677	-	-	8.481
Venda de lojas (i)	6.374	1.619	396	1.214	-	-	9.603
Saldo em 2019	(360.110)	(117.624)	(36.163)	(82.229)	(27)	-	(596.153)
Total do imobilizado em 2018	427.375	170.758	43.457	43.897	250.271	(7.533)	928.225
Total do imobilizado em 2019	524.503	235.785	57.550	67.716	288.364	(10.340)	1.163.578

(i) Alienação de 12 lojas, alinhado com a estratégia da Administração de foco em aumento da rentabilidade e do retorno sobre o capital investido, gerando perda de capital líquido de R\$196 no exercício de 2019 (R\$3.920 em 2018) (Nota 27, rubricas "Receita com lojas vendidas" e "Baixa de ativos de lojas vendidas").

(ii) Lojas construídas e/ou reformadas, substancialmente, que serão realocadas para os grupos do imobilizado conforme política da Companhia R\$149.888 (R\$147.901 no exercício de 2018), obras referente às lojas em construção R\$25.683 (R\$14.344 no exercício de 2018), equipamentos novos em estoque R\$65.197 (R\$46.824 no exercício de 2018), equipamentos em manutenção R\$2.448 (R\$1.585 no exercício de 2018), e outros ativos em andamento R\$45.148 (R\$39.617 no exercício de 2018).

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Imobilizado, líquido--Continuação

Teste de valor recuperável

A Companhia considera cada restaurante como sua menor unidade geradora de caixa ("UGC"), e submeteu-as ao teste de valor recuperável (*impairment*), levando em consideração o período de maturidade (a partir de 24 meses, sendo 548 restaurantes de um total de 673 em 2019 e 453 restaurantes de 631 em 2018), seus fluxos de caixa futuros descontados ao seu valor presente, a taxa de 9,55% (WACC), 5 anos e limitado ao período contratual daquela loja.

Identificados os restaurantes com os indicadores de *impairment*, a Administração da Companhia avaliou as perspectivas de retomada de geração de caixa ou sua descontinuidade.

Nos casos de descontinuidade, a Companhia provisionou o valor contábil de seus ativos não recuperáveis das lojas, sendo eles: instalações, benfeitorias, projetos e cessão de direito. No exercício de 2019, o saldo da provisão era de R\$10.340 (R\$7.533 em 2018).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram efetivadas as provisões de *impairment* de 12 lojas, onde dessas lojas 4 foram fechadas, 1 foi repassada, 2 foram mantidas provisionadas e 5 tiveram as provisões revertidas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram efetivadas as provisões de *impairment* de mais 20 lojas, totalizando 22 lojas. O resultado da movimentação de provisões e reversões de *impairment* foi de R\$2.807 em 2019 (reversões de provisões de R\$4.205 em 2018) (Nota 27).

Para as aberturas de restaurantes e aquisições, a Companhia analisa, dentre outras coisas, a viabilidade, geração de caixa e o retorno.

12. Intangível, líquido

	Taxa anual de depreciação	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Cessão de direito de uso	(i)	68.645	46.423	68.645	68.204
Franchise fee	5%	76.626	55.657	76.626	63.414
Licença de software	20%	11.264	6.795	11.264	7.757
Ativo de direito de uso (Nota 2.22)	(ii)	660.986	-	660.986	-
Ágio (<i>goodwill</i>)	(iii)	572.199	184.917	572.199	574.941
Total de intangível		1.389.720	293.792	1.389.720	714.316

- (i) Conforme vigência dos contratos de aluguéis, em média de 10 anos.
- (ii) Conforme prazo estipulado em contrato de arrendamento.
- (iii) Análise anual de *impairment*.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

12. Intangível, líquido--Continuação

As movimentações do intangível, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão demonstradas a seguir:

	Controladora					Total
	Cessão de direito de uso	Franchise fee (Nota 20)	Licença de software	Ágio (goodwill)	Ativo de direito de uso (Nota 2.22)	
Custo						
Saldo em 2017	96.780	60.812	18.450	184.917	-	360.959
Adições	6.068	10.010	766	-	-	16.844
Baixas	(1.031)	(401)	(37)	-	-	(1.469)
Venda de lojas (i)	(60)	(260)	(47)	-	-	(367)
Saldo em 2018	101.757	70.161	19.132	184.917	-	375.967
Adições	19.810	20.708	7.082	-	779.224	826.824
Incorporações (Nota 3)	21.466	6.718	905	387.282	-	416.371
Baixas	(1.270)	(531)	(154)	-	-	(1.955)
Venda de lojas (i)	(647)	(1.462)	(98)	-	-	(2.207)
Saldo em 2019	141.116	95.594	26.867	572.199	779.224	1.615.000
Amortização						
Saldo em 2017	(46.803)	(11.042)	(9.591)	-	-	(67.436)
Adições	(9.298)	(3.679)	(2.774)	-	-	(15.751)
Baixas	740	164	18	-	-	922
Venda de lojas (i)	27	53	10	-	-	90
Saldo em 2018	(55.334)	(14.504)	(12.337)	-	-	(82.175)
Adições	(18.241)	(4.813)	(3.382)	-	(118.238)	(144.674)
Baixas	751	4	68	-	-	823
Venda de lojas (i)	353	345	48	-	-	746
Saldo em 2019	(72.471)	(18.968)	(15.603)	-	(118.238)	(225.280)
Total de intangível em 2018	46.423	55.657	6.795	184.917	-	293.792
Total de intangível em 2019	68.645	76.626	11.264	572.199	660.986	1.389.720

- (i) Alienação de 12 lojas, alinhado com a estratégia da Administração de foco em aumento da rentabilidade e do retorno sobre o capital investido, gerando perda de capital líquido de R\$196 no exercício de 2019 (R\$4.270 em 2018) (Nota 27, rubricas "Receita com lojas vendidas" e "Baixa de ativos de lojas vendidas").

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

12. Intangível, líquido--Continuação

	Consolidado					Total
	Cessão de direito de uso	Franchise fee	Licença de software	Ágio (goodwill)	Ativo de direito de uso (Nota 2.22)	
Custo						
Saldo em 2017	101.947	63.014	18.623	202.083	-	385.667
Adições	6.067	10.062	1.383	-	-	17.512
Aquisição (Nota 3)	18.925	5.922	515	372.858	-	398.220
Baixas	(1.031)	(401)	(37)	-	-	(1.469)
Venda de lojas (i)	(60)	(260)	(47)	-	-	(367)
Saldo em 2018	125.848	78.337	20.437	574.941	-	799.563
Adições	19.810	20.708	7.082	-	779.224	826.824
Aquisição (Nota 3)	735	(731)	(3)	(2.742)	-	(2.741)
Baixas	(2.142)	(531)	(154)	-	-	(2.827)
Venda de lojas (i)	(647)	(1.462)	(98)	-	-	(2.207)
Saldo em 2019	143.604	96.321	27.264	572.199	779.224	1.618.612
Amortização						
Saldo em 2017	(48.697)	(11.090)	(9.766)	-	-	(69.553)
Adições	(9.714)	(4.050)	(2.946)	-	-	(16.710)
Baixas	740	164	22	-	-	926
Venda de lojas (i)	27	53	10	-	-	90
Saldo em 2018	(57.644)	(14.923)	(12.680)	-	-	(85.247)
Adições	(18.419)	(5.121)	(3.436)	-	(118.238)	(145.214)
Baixas	751	4	68	-	-	823
Venda de lojas (i)	353	345	48	-	-	746
Saldo em 2019	(74.959)	(19.695)	(16.000)	-	(118.238)	(228.892)
Total de intangível em 2018	68.204	63.414	7.757	574.941	-	714.316
Total de intangível em 2019	68.645	76.626	11.264	572.199	660.986	1.389.720

(i) Alienação de 12 lojas, alinhado com a estratégia da Administração de foco em aumento da rentabilidade e do retorno sobre o capital investido, gerando perda de capital líquido de R\$196 no exercício de 2019 (R\$3.920 em 2018) (Nota 27, rubricas "Receita com lojas vendidas" e "Baixa de ativos de lojas vendidas").

Ágio (goodwill)

O *goodwill* gerado nas operações de aquisições é sustentado pela rentabilidade futura decorrente da sinergia dos negócios, diluição de custos fixos, crescimento esperado da marca, melhoria nas condições comerciais dos contratos existentes nas lojas adquiridas em função do maior poder de compra e de gestão de capital.

Teste de valor recuperável

Os ativos intangíveis foram submetidos a testes de valor recuperável (*impairment*), e nos exercícios findos 31 de dezembro de 2019 e 2018, e não foram identificados ativos intangíveis que se encontrem registrados por valor superior a seu valor recuperável.

As projeções estão de acordo com o Plano de Negócios elaborado pela Administração da Companhia para os próximos cinco anos e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são aumentados de acordo com o crescimento previsto para o grupo econômico para considerar aspectos de perpetuidade. Espera-se que o crescimento projetado das vendas, custos e indicadores econômicos estejam em linha com a curva observada em anos anteriores e em linha com o crescimento econômico do país no qual a Companhia possui operações.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

12. Intangível, líquido--ContinuaçãoTeste de valor recuperável--Continuação

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está em acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 (R1)/NBC TG 01 (R4)/IAS 36 - Redução do Valor Recuperável dos Ativos. Todas as premissas utilizadas estão descritas abaixo:

- As projeções foram feitas em reais e descontadas pelo custo médio ponderado da unidade de capital ("WACC"), considerando-se as sensibilidades nesta métrica. A taxa de desconto após impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 9,55% a.a. em 2019 (11,07% a.a. em 2018).
- A taxa nominal de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa de todo o grupo econômico para um período de cinco anos foi de 5,00% para todos os anos, a qual reflete a perspectiva conservadora de crescimento da Companhia em relação à inflação futura anual. As taxas de crescimento média das receitas de vendas projetadas para o período de cinco anos foram corrigidas considerando projeção futura de Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) 3,5%, PIB (Produto Interno Bruto) e a abertura de novas lojas.

A partir dos testes realizados, a Companhia não identificou perdas por não recuperação dos ágios registrados.

13. Empréstimos e financiamentos

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Empréstimos e financiamentos(Nota 13.1)	8.094	9.674
Debêntures e CRA(Nota13.2)	511.776	269.439
Total de empréstimos e financiamentos	519.870	279.113
Circulante	116.556	161.581
Não circulante	403.314	117.532

13.1. Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros (a.m.)	Vencimento	Controladora e Consolidado	
			2019	2018
Empréstimo pré-fixado	0,89%	jan/2026	8.094	9.668
Outros	0,86% à 100% CDI + 0,80%	set/2019	-	6
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 13)			8.094	9.674
Circulante			1.941	1.654
Não circulante			6.153	8.020

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

13.2. Debêntures e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)

	Taxa de juros (a.m.)	Vencimento	Controladora e Consolidado	
			2019	2018
Debêntures 2ª emissão	100% CDI + 0,20%	mar/2019	-	6.689
Debêntures 3ª emissão	100% CDI + 0,20%	dez/2019	-	26.666
Debêntures 4ª e 5ª emissões (CRA)	100% CDI + 0,09%	fev/2019	-	105.145
Debêntures 6ª emissão	100% CDI + 0,24%	mai/2020	12.373	37.164
Debêntures 7ª emissão (CRA)	100% CDI + 0,07%	out/2020	102.371	102.638
Debêntures 8ª emissão	100% CDI + 0,11%	out/2024	403.423	-
Encargos financeiros transcorrer (i)			(6.391)	(8.863)
Total de debêntures (Nota 13)			511.776	269.439
Circulante			114.615	159.927
Não circulante			397.161	109.512

(i) Gastos com emissão das debêntures e CRA.

Os montantes de debêntures e CRAs não circulantes, não descontados dos encargos financeiros a transcorrer, possuem os seguintes vencimentos originais em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Controladora e Consolidado		
Ano	2019	2018
2020	-	113.558
2021	2.032	-
2022	2.081	-
2023	920	-
2024 em diante	401.074	-
	406.107	113.558

Cláusulas restritivas (covenants)

A Companhia possui cláusulas restritivas em empréstimos, financiamentos e debêntures que restringem a habilidade na tomada de determinadas ações, e podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das dívidas se a Companhia não cumprir com essas cláusulas restritivas.

Os índices e os montantes mínimos e máximos requeridos por essas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão apresentados a seguir:

Empréstimos e financiamentos:

Debêntures 6ª emissão:

- (i) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado (covenants) da Companhia precisa ser inferior ou igual a 2,5 (dois e meio).

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação**13.2. Debêntures e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)--Continuação**Empréstimos e financiamentos:--ContinuaçãoDebêntures 7ª emissão (CRA):

- (i) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado (*covenants*) da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,25 (três e um quarto) em 2017, e inferior a 3,0 (três) em 2018 e para os próximos exercícios;
- (ii) A distribuição de dividendos não pode exceder 25% (vinte e cinco por cento) do resultado líquido da Companhia.

Debêntures 8ª emissão:

- (i) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única ("Debêntures"), para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Companhia, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, no valor total de R\$400.000 na quantidade de 400 mil Debêntures, prazo de vencimento de 5 anos (*bullet*), a taxa de 100% CDI + *spread* de 1,35% e juros semestrais.
- (ii) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado (*covenants*) da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,0 (três).

Os cálculos dos *covenants* conforme critérios e determinações estabelecidos nos contratos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		
	2019 (ii)	2019 (iii)	2018
Receita de vendas líquidas (Nota 24)	2.867.990	2.867.990	2.348.333
Custos das mercadorias e produtos vendidos e despesas com lojas (Notas 25 e 26) (i)	(2.300.699)	(2.437.868)	(1.976.212)
EBITDA operacional	567.291	430.122	372.121
Margem EBITDA operacional	19,8%	15,0%	15,8%
Despesas gerais administrativas (Nota 27) (i)	(106.186)	(106.186)	(88.655)
EBITDA ajustado (covenants)	461.105	323.936	283.466
Empréstimos e financiamentos (Dívida) (Nota 13)	519.870	519.870	279.113
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (Notas 4 e 5)	(605.459)	(605.459)	(602.946)
Passivo de arrendamento (Nota 15)	693.209	-	-
Dívida líquida	607.620	(85.589)	(323.833)
Dívida líquida sobre EBITDA ajustado (covenants)	1,3	(0,3)	(1,1)

- (i) Para o cálculo do EBITDA ajustado para *covenants* são desconsiderados as despesas com depreciação e amortização, resultado com baixas do imobilizado, resultado com sinistros, despesas pré-operacionais, despesas com aquisição e incorporação, provisão (reversão) *impairment* e ganho de capital com alienação de lojas, conforme critério determinado pela Companhia e contratadas;
- (ii) Para fins de comparabilidade e dada a não vigência da norma CPC06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 na data da emissão da 6ª Debenture da Companhia, apresentamos o cálculo das cláusulas restritivas levando em consideração seus impactos. Caso os efeitos da adoção da CPC06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 fossem considerados, o índice apresentado seria de 1,3, não ultrapassando o limite conforme critérios e determinações estabelecidos no contrato;
- (iii) Cálculo não considera os efeitos do CPC06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 para fins da 8ª debêntures. conforme critérios e determinações estabelecidos no contrato.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação**13.2. Debêntures e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)--Continuação_****Garantias**

Em 31 de dezembro de 2019, a fiança bancária da Companhia com os bancos monta o valor de R\$5.144 (R\$7.980 em 2018), para assegurar o ponto comercial das lojas.

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional estão representados por liberações para financiamento da compra de bens para abertura de novas lojas e para utilização da Companhia.

Para as debêntures de 6ª emissão a garantia é o fluxo financeiro dos recursos transacionados nos vouchers de alimentação das bandeiras Ticket, Sodexo e Alelo, com mínimo de 20% do saldo devedor e mais de 10% de Conta vinculada (*Cash Collateral*) (Nota 5). Caso não perfaça a garantia, o saldo devedor deverá ser garantido através de aplicações financeiras.

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores de materiais e serviços	218.616	186.372	218.616	188.145
Fornecedores conveniados (i)	58.116	43.619	58.116	43.619
Outros	9.700	9.479	9.700	9.479
Total de fornecedores	286.432	239.470	286.432	241.243

- (i) A Companhia possui passivos financeiros junto a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras, cujos fornecedores receberam antecipadamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Nota 2.17). As antecipações efetuadas possuem em média de 41 dias de antecipação e a taxa de 1,12% a.m.. Avaliamos o potencial valor financeiro embutido nas operações, em conjunto com o prazo e não consideramos significativos para maiores detalhes.

15. Passivos de arrendamentos

	Controladora e Consolidado
	2019
Arrendamento (aluguel) a pagar	964.323
Ajuste a valor presente – AVP	(271.114)
Total de passivo de arrendamento (Nota 2.22)	693.209
Circulante (Nota 2.22)	99.156
Não circulante (Nota 2.22)	594.053

Os montantes de passivos de arrendamentos não circulantes possuem os vencimentos originais em 31 de dezembro de 2019.

	Controladora e Consolidado		
	2019		
Aging list (i)	Passivos de arrendamento	(-) AVP de Passivos de arrendamento	Total
Após 1 ano, mas menos de 3 anos	304.794	(100.296)	204.498
Após 3 anos, mas menos que 5 anos	230.878	(62.729)	168.149
Mais de 5 anos	264.437	(43.031)	221.406
Total	800.109	(206.056)	594.053

- (i) Saldo apresentado referente as parcelas fixas a pagar dos contratos de aluguel.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

16. Obrigações corporativas

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía o saldo de R\$23.760 referente a royalties e *franchise fee* devidos a BKC (R\$17.950 em 2018) conforme detalhes na nota explicativa 21.1. e consolidado no valor de R\$23.760 em 31 de dezembro de 2019 (R\$17.961 em 31 de dezembro de 2018).

17. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	825	2.176	825	2.176
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	4.243	8.085	4.243	8.823
Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL	1.536	2.930	1.536	3.064
Programa de Integração Social – PIS	26	282	26	282
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.999	4.109	1.999	4.111
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4.644	5.738	4.644	5.802
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	2.022	1.739	2.022	1.740
Impostos parcelados (i)	12.129	-	12.129	12.144
ISS retido na fonte	5.895	4.665	5.895	4.665
INSS a recolher (ii)	2.432	-	2.432	11.855
Outros	2.004	603	2.004	872
Total de obrigações tributárias	37.755	30.327	37.755	55.534
Circulante	25.150	30.327	25.150	33.781
Não circulante	12.605	-	12.605	21.753

- (i) Refere-se ao parcelamento espontâneo de impostos e adesão ao PERT efetuado pelas investidas, incorporadas durante o exercício de 2019.
(ii) Refere-se a denúncia espontânea de INSS de verbas efetuado pelas investidas incorporadas durante o período findo em 30 de junho de 2019.

18. Resultado diferido, líquido

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Resultado diferido, líquido (i) – <i>franchise fee</i>	2.579	1.727
Resultado diferido, líquido (ii)	24.488	33.760
Total de resultado diferido, líquido	27.067	35.487
Circulante	9.139	9.091
Não Circulante	17.928	26.396

- (i) Reconhecimento da receita de *franchise fee* de sub-franqueado devido a adoção do CPC 47NBC TG 47/IFRS15 – Receita de Contrato com Cliente (Nota 2.5).
(ii) Recursos recebidos antecipadamente para o contrato de campanha de marketing firmado com fornecedores específicos sobre a exclusividade na venda de produtos desses fornecedores nos restaurantes Burger King, exposição das marcas dos fornecedores e investimento em campanhas de marketing para aumento das vendas dos produtos Burger King e para consequente aumento das vendas dos produtos do fornecedor.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

19. Demais contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisões de gastos diversos	6.981	10.200	6.981	16.114
Investimentos a pagar – BGMAXX	-	500	-	500
Investimentos a pagar – (Nota 3)	15.242	14.181	15.242	14.181
(-) AVP de Investimentos a pagar	(2.043)	-	(2.043)	-
Adiantamento de clientes	1.523	1.960	1.523	1.960
Outros	156	382	217	1.468
Total de demais contas a pagar	21.859	27.225	21.920	34.223
Circulante	4.622	13.045	4.683	14.129
Não circulante	17.237	14.180	17.237	20.094

20. Provisão para demandas judiciais

A Companhia está exposta a certos riscos, representados em processos tributários, cíveis e reclamações trabalhistas, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como probabilidade de perda provável na defesa dos mesmos, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica. Os valores provisionados relativos às provisões para demandas judiciais em discussão na esfera judicial estão demonstrados no quadro abaixo.

Adicionalmente, a Companhia tem conhecimento, em 31 de dezembro de 2019, de outros processos tributários, cíveis e trabalhistas, e com base nos históricos dos processos prováveis e análise das causas principais, a mensuração dos processos com probabilidade de perda possível foi de R\$39.371 (R\$40.734 em 2018) na Controladora, e, R\$39.371 (R\$41.383 em 2018), no Consolidado, a saber:

	Controladora			
	2019		2018	
	Provável	Possível(i)	Provável	Possível(i)
Processos trabalhistas	15.626	19.780	8.834	23.223
Processos cíveis	625	10.316	699	5.928
Processos tributários	24	9.275	6	11.583
Total de provisão para demandas judiciais	16.275	39.371	9.539	40.734
	Consolidado			
	2019		2018	
	Provável	Possível (i)	Provável	Possível (i)
Processos trabalhistas	15.626	19.780	9.951	23.870
Processos cíveis	625	10.316	781	5.930
Processos tributários	24	9.275	(2)	11.583
Total de provisão para demandas judiciais	16.275	39.371	10.730	41.383

- (i) Para os casos de perda possível, não existe nenhuma provisão para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil e IFRS não requerem sua contabilização, apenas sua divulgação.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

20. Provisão para demandas judiciais--Continuação

Processos prováveis trabalhistas

A Companhia e suas investidas são parte em processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía uma provisão de R\$15.626 (R\$8.834 em 2018) na Controladora e, R\$15.626 (R\$9.951 em 2018), no Consolidado, para as contingências relacionadas a esses processos.

Essas contingências são avaliadas com base na média de perda histórica dos últimos dezoito meses frente ao total de processos em aberto ao final do exercício, excluindo-se processos que são considerados como pontuais e não rotineiros, para os quais são efetuadas provisões específicas adotando-se critérios similares àqueles praticados para avaliações tributárias e cíveis.

Processos possíveis trabalhistas

Ao longo do ano de 2017, o Ministério Público do Trabalho ajuizou 2 (duas) Ações Cíveis Públicas, que têm por objeto (i) irregularidades constatadas em fiscalizações e denúncias referentes a não observação dos limites legais afetos à jornada de trabalho e pagamento de verbas contratuais e (ii) dano moral. A Companhia e seus assessores jurídicos consideram possíveis as chances de perda em valor aproximado de R\$4.000.

Ainda, ao longo do ano de 2018, a Companhia recebeu três ações do Ministério Público do Trabalho, sendo (i) uma Ação Civil Pública por supostas irregularidades ligadas ao Conforto, Alimentação, Medicina e Segurança do Trabalho e; (iii) duas execuções de TAC por suposto descumprimento de obrigações relativas ao meio ambiente de trabalho. A Companhia e seus assessores jurídicos consideram possíveis as chances de perda em valor aproximado de R\$4.567.

Processos possíveis cíveis

Ao longo do ano de 2019 a Companhia não teve conhecimento de novos casos relevantes, com expectativa de perda possível.

Processos possíveis tributários

Ao longo do ano de 2019, houve um aumento no valor a risco possível da Companhia tendo em vista autuações do Estado de Minas Gerais visando a cobrança de valores de ICMS-ST sobre aquisições de mercadorias ocorridas nos últimos cinco anos, oriundas de fornecedores localizados em outras Unidades da Federação. A Companhia informa que tais casos estão em discussão judicial, visando o cancelamento integral dos débitos.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

20. Provisão para demandas judiciais--Continuação

As movimentações das provisões para demandas judiciais estão demonstradas a seguir:

	Controladora				
	Efeitos				
	2018	Adições	Incorporação	Pagamentos	2019
Processos trabalhistas	8.834	15.016	994	(9.218)	15.626
Processos cíveis	699	-	82	(156)	625
Processos tributários	6	22	-	(4)	24
Total	9.539	15.038	1.076	(9.378)	16.275

	2018	Adições	Pagamentos	2019
Processos trabalhistas	9.951	15.016	(9.341)	15.626
Processos cíveis	781	-	(156)	625
Processos tributários	(2)	22	4	24
Total	10.730	15.038	(9.493)	16.275

Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Processos trabalhistas	24.289	24.053	24.289	24.574
Processos cíveis	659	834	659	834
Processos tributários	8.486	5.495	8.486	5.495
Total de depósitos judiciais	33.434	30.382	33.434	30.903

21. Partes relacionadas

A Burger King Corporation (BKC) é uma parte relacionada, pois a BKC é acionista da Companhia. Conforme discutido na Nota 1, a Companhia firmou um contrato de Master Franqueado, e tem a obrigação de pagar taxa de franquia e *royalties* ao BKC.

21.1 Franchise Fees e Royalties

Essas transações são feitas através de condições exclusivas previstas nos contratos com a BKC, e com a PLK, uma vez que a BKB é a representante das marcas no Brasil, não havendo condições comparáveis no mercado.

Adicionalmente, em função do contrato de Master Franchise existente entre BKB e BKC, a Companhia faz jus ao recebimento de um *fee* mensal de serviços decorrentes das atividades de gestão dos franqueados existentes no país desenvolvidos até o ano de 2011. Por esse serviço a Companhia recebe a uma receita mensal equivalente à 0,5% da receita líquida dos restaurantes desenvolvidos por esses franqueados. Essas transações também são feitas em condições específicas, conforme contrato.

Em função dos contratos expostos, a Companhia tem registrado em seu contas a pagar e a receber, nos anos de 2019 e de 2018 os seguintes valores:

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

21. Partes relacionadas--Continuação

21.1 Franchise Fees e Royalties--Continuação

	Burger King Corporation (BKC)		BG MAXX BA	
	2019	2018	2019	2018
Ativo				
Contas a receber de clientes (Nota 6)	438	655	-	-
Adições de Franchise fee (Nota 12)	20.708	10.010	-	-
Outras contas a receber (i)	-	-	-	2.162
Passivo				
Obrigações corporativas (Nota 16)	(23.760)	(17.950)	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	-
Resultado				
Despesas com Royalties	(138.577)	(106.576)	-	-

	King Food		Fast Burger		Good Food	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo						
Adições de Franchise fee (Nota 12)	-	-	-	-	-	52
Outras contas a receber (BKB) (ii)	-	530	-	740	-	321
Passivo						
Outras contas a pagar (BKB) (iii)	-	(949)	-	(2.939)	-	(1.776)
Resultado						
Despesas com Royalties(BKC)	-	(1.928)	-	(3.310)	-	(2.631)

- (i) Reembolso de fundo de marketing e serviços prestados;
(ii) Venda de equipamentos;
(iii) Compra de insumos.

21.2 Remuneração da Administração

	31/12/2019		31/12/2018
	Diretores	Conselheiros	Diretores
Pró-labore	5.267	-	4.874
Benefícios diretos e indiretos	872	-	973
Remuneração variável	9.056	-	10.522
Honorários	-	553	-
Outros (INSS)	-	1.585	-
	15.195	2.138	16.369

No dia 29 de abril de 2019, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, na qual foi aprovada a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2019, no valor de até R\$22.769, dos quais R\$22.049 correspondem à remuneração prevista para a Diretoria Estatutária da Companhia e R\$720 correspondem à remuneração prevista para o Conselho de Administração, conforme detalhado na Proposta da Administração. Os valores encontram-se registrados na rubrica despesas gerais e administrativas.

Os executivos da Companhia também estão inseridos no Plano de Opção de Ações (*Stock Options*), os quais estão descritos na Nota 34.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

22. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$950.768 e está representado por 228.105.447 ações ordinárias (R\$898.233 e estava representado por 222.525.821 ações em 31 de dezembro de 2018), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social autorizado da Companhia é de 237.673.167 ações ordinárias, de forma que o capital social pode ser aumentado dentro do referido limite, independente de reforma estatutária mediante deliberação de Conselho de Administração.

Em 12 de março de 2019, foi iniciada uma oferta pública de distribuição secundária de, inicialmente, 33.373.621 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade da Vinci Capital Partners II B Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia ("VCP II B FIP"), do Sommerville Investments B.V. ("Sommerville Investments"), do Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Montjuic") e de determinados acionistas vendedores pessoas físicas ("Acionistas Vendedores Pessoas Físicas" e, em conjunto com o VCP II B FIP, com o Sommerville Investments e com o Montjuic, os "Acionistas Vendedores"), nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta"), com o estabelecimento do preço por Ação de R\$21,41 por ação, resultando em um montante total de R\$714.529. Por se tratar de uma oferta pública de distribuição secundária, conforme mencionado, não afetou o capital social da Companhia.

Aumento do Capital Social

Em 28 de agosto de 2018, foi aprovado o aumento do capital para R\$898.233 mediante a emissão de 194.350 novas ações ordinárias, pelo preço de emissão de R\$9,56 por ação em decorrência da opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações, mais a emissão de 5.251 novas ações ordinárias, pelo preço de emissão de R\$6,99 por ação em decorrência da opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações e mais a emissão de 48.051 novas ações ordinárias, pelo preço de emissão de R\$10,44 por ação em decorrência da opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações, totalizando R\$2.397.

Em reunião realizada em 8 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado e sem alteração do Estatuto Social da Companhia. O valor do aumento aprovado foi de R\$17.180 em decorrência do exercício de opções de compra de ações, passando o capital social da Companhia de R\$898.233 para R\$915.412. Em virtude do aumento do capital social da Companhia, foram emitidas 1.751.459 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, sendo: (i) no âmbito do Primeiro Plano, 1.720.815 novas ações ordinárias ao preço de emissão de R\$9,80 por ação; (ii) no âmbito do Segundo Plano, 1.607 novas ações ordinárias ao preço de emissão de R\$7,01 por ação; e (iii) no âmbito do Terceiro Plano, 29.037 novas ações ordinárias ao preço de emissão de R\$10,49 por ação.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

22. Patrimônio líquido--Continuação

Aumento do Capital Social--Continuação

Em reunião realizada em 11 de março de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado e sem alteração do Estatuto Social em decorrência do exercício de opção de compra de ação. O valor do aumento aprovado foi de R\$24.884, passando o capital social da Companhia de R\$915.412 para R\$940.297. Em virtude do aumento do capital social da Companhia, foram emitidas 2.797.690 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, sendo: (i) no âmbito do Primeiro Plano, 401.635 novas ações ordinárias ao preço de emissão de R\$9,84 por ação; (ii) no âmbito do Segundo Plano, 1.173.260 novas ações ordinárias ao preço de emissão de R\$6,95 por ação; e (iii) no âmbito do Terceiro Plano, 1.222.795 novas ações ordinárias ao preço de emissão de R\$10,45 por ação.

Em reunião realizada em 16 de abril de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado e sem alteração do Estatuto Social da Companhia em decorrência do exercício de opção de compra de ações. O valor do aumento aprovado foi de R\$3.049, passando o capital social da Companhia de R\$940.297 para R\$943.346. Em virtude do aumento do capital social da Companhia, foram emitidas 306.100 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia ao preço de emissão de R\$9,96 por ação.

Em reunião realizada em 1 de julho de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social da Companhia, dentro do capital e sem alteração do Estatuto Social da Companhia, em decorrência do exercício do Segundo e Terceiro Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia. O valor do aumento aprovado foi de R\$7.423, passando o capital social da Companhia de R\$943.346 para R\$950.768. Em decorrência do aumento do capital social da Companhia, foram emitidas (i) 81.982 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, ao preço de emissão de R\$7,09 por ação; e (ii) 642.395 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, ao preço de emissão de R\$10,65 por ação.

Reserva de capital

No dia 27 de abril de 2018, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na qual foi deliberada e aprovada: (i) a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$3.819 para a redução da parcela de prejuízos acumulados e; (ii) a absorção da totalidade dos prejuízos acumulados, após item (i), no total de R\$194.364 pela rubrica de reserva de capital, a qual possuía o saldo de R\$915.722 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

22. Patrimônio líquido--ContinuaçãoReserva de capital--Continuação

Em 29 de abril de 2019, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, na qual foi deliberada e aprovada: (i) apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (ii) aprovação do orçamento de capital da Companhia, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.; (iii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (iv) definição do número de membros para composição do Conselho de Administração da Companhia; (v) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (vi) aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2019; e (vii) ratificação da alteração do jornal de grande circulação para as publicações legais da Companhia, conforme aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2018.

Destinação dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, estão previstas as seguintes destinações ao lucro líquido:

- (i) Dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro do exercício social.
- (ii) O saldo remanescente do lucro será destinado por Assembleia Geral.

A proposta para destinação de lucros da Companhia referente ao exercício de 2019, no valor de R\$48.543, é da seguinte forma: (i) reserva legal no valor de R\$2.427; (ii) dividendos mínimos obrigatórios (na forma de juros de capital próprio) no valor de R\$11.529; e (iii) retenção da parcela do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$34.587, conforme proposta de orçamento de capital a ser aprovada em Assembleia Geral Ordinária em 28 de abril de 2020.

Juros sobre o Capital Próprio

Conforme previsto na Lei nº. 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$11.529 (R\$10.054 líquido de IRRF), correspondente ao ano de 2019 (R\$30.409 em 2018 pago em 2019), aprovado em reunião do Conselho de Administração de 19 de fevereiro de 2020, a título de dividendos mínimos obrigatórios.

Base de Cálculo dos Dividendos e JCP

Lucro Líquido do Exercício
(-) Reserva Legal (5%)

Base de cálculo do dividendo

Dividendos mínimos obrigatórios (25%)

Juros sobre o capital próprio
Imposto de renda retido na fonte

Remuneração líquida do Juros sobre o capital próprio

2019	2018
48.543	128.036
2.427	6.401
46.116	121.635
11.529	30.409
11.529	30.409
(1.475)	(3.683)
10.054	26.726

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

22. Patrimônio líquido--ContinuaçãoPrograma de recompra de ações

Em 23 de agosto de 2019, foi concluído o Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de agosto de 2019 e objeto de Fato Relevante na mesma data.

As ações da Companhia adquiridas no âmbito do Programa de Recompra de Ações serão mantidas em tesouraria com o objetivo de gerar valor aos acionistas.

A Companhia recomprou pelo valor de R\$24.214 a totalidade das ações objeto do Programa de Recompra de Ações, qual seja 1.222.719 ações ordinárias, representando aproximadamente 0,54% das ações de emissão da Companhia, as quais permanecerão em tesouraria, serão canceladas e/ou posteriormente alienadas, especialmente no âmbito dos Planos de Incentivo de Longo Prazo aprovados pela Companhia. O preço médio das ações adquiridas foi de R\$19,79.

23. Resultado por ação

Baseado no CPC 41/NBC TG 41 (R2)/IAS 33 – Resultado por ação, a Companhia deve apresentar o lucro básico e diluído por ação. Os dados de comparação dos lucros/prejuízos básico e diluído se baseiam na média ponderada de ações em circulação do exercício, e todas as ações com potencial de diluição em aberto para cada exercício apresentado, respectivamente.

O lucro diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações que não estão em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e as ações resgatáveis de participação de acionistas não controladores tivessem sido emitidas durante os respectivos períodos, utilizando o preço médio ponderado das ações.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro e prejuízo por ação básico e diluído.

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
<u>Numerador básico</u>		
Lucro líquido do exercício	48.543	128.036
<u>Denominador básico</u>		
Média ponderada básica do número de ações – em milhares	226.624	222.363
<u>Lucro básico por ação</u>	0,2142	0,5758
<u>Numerador diluído</u>		
Lucro líquido do exercício	48.543	128.036
<u>Denominador diluído</u>		
Média ponderada do número de ações – em milhares	226.624	222.363
Opções de ações (Nota 34) – em milhares	289	3.781
Média ponderada diluída do número de ações	226.913	226.144
<u>Lucro líquido diluído por ação</u>	0,2139	0,5662

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

24. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de vendas	3.069.758	2.366.170	3.069.758	2.541.794
Deduções das receitas de vendas	(228.100)	(192.571)	(228.100)	(206.106)
Receita líquida de vendas	2.841.658	2.173.599	2.841.658	2.335.688
Receita bruta de prestações de serviços	29.507	14.327	29.507	14.327
Deduções das receitas de prestações de serviços	(3.175)	(1.682)	(3.175)	(1.682)
Receita líquida de prestações de serviços	26.332	12.645	26.332	12.645
Total receita operacional líquida	2.867.990	2.186.244	2.867.990	2.348.333

25. Custo das mercadorias e dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custos com alimentos, bebidas e embalagens	(962.279)	(739.651)	(963.008)	(797.728)
Custos com serviços prestados e outros	(119.861)	(92.380)	(119.861)	(93.564)
Total custos dos bens e/ou serviços vendidos	(1.082.140)	(832.031)	(1.082.869)	(891.292)

26. Despesas com lojas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal	(498.939)	(378.881)	(498.939)	(404.463)
Royalties e fundo de marketing	(262.658)	(200.168)	(262.658)	(215.794)
Despesas com ocupação e utilities (i)	(223.847)	(262.682)	(223.896)	(280.234)
Depreciações e amortizações (Notas 11 e 12)	(171.900)	(117.643)	(176.293)	(125.113)
Amortização de direito de uso (aluguel) (Nota 2.22) (ii)	(106.067)	-	(106.067)	-
Despesas pré-operacionais (iii)	(18.084)	(9.678)	(18.084)	(9.678)
Serviços diversos	(85.947)	(53.841)	(85.947)	(54.494)
Reparos e manutenções	(58.668)	(45.767)	(58.723)	(48.001)
Outras	(87.632)	(76.517)	(87.667)	(81.934)
Total de despesas com lojas	(1.513.742)	(1.145.177)	(1.518.274)	(1.219.711)

- (i) Saldo de despesas com arrendamentos variáveis referente ao período de 2019 conforme CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, e despesas com aluguéis referente ao período de 2018 classificadas como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC06/IAS17.
- (ii) Em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, o saldo apresentado em conta patrimonial de Amortização de direito de uso (Nota 12) é bruto de impostos (Pis e Cofins) e totaliza R\$118.238, enquanto os saldos apresentados em contas de resultado de Amortização de direito de uso (Notas 26 e 27) são líquidos de impostos (Pis e Cofins) totalizando R\$107.301.
- (iii) As despesas pré-operacionais de restaurantes são representadas, principalmente, por custos com salários e encargos dos profissionais das lojas, serviços prestados por terceiros e outras despesas geradas antes das inaugurações das lojas.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

27. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal	(115.001)	(99.664)	(115.001)	(99.774)
Despesas com ocupação e <i>utilities</i> (i)	(660)	(2.194)	(673)	(2.299)
Depreciação e amortização (Notas 11 e 12)	(19.587)	(7.837)	(19.587)	(8.031)
Amortização de direito de uso (aluguel) (Nota 2.22) (ii)	(1.234)	-	(1.234)	-
Despesas com aquisição e incorporação (iii)	(3.144)	(5.467)	(3.144)	(6.711)
Resultado líquido na baixa de imobilizado (Notas 11 e 12)	(8.352)	(6.191)	(9.224)	(6.832)
Receita com lojas vendidas	12.948	8.591	12.948	8.591
Baixa de ativos de lojas vendidas (Notas 11 e 12)	(13.144)	(4.321)	(13.144)	(4.671)
Resultado com sinistros	(39)	4	(39)	4
Provisão para <i>impairment</i> (Nota 11)	(2.807)	(4.205)	(2.807)	(4.205)
Custo com plano de ações (Nota 34)	(4.315)	(4.486)	(4.315)	(4.486)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (iv)	13.370	24.055	13.803	17.904
Total de despesas gerais e administrativas	(141.965)	(101.715)	(142.417)	(110.510)

- (i) Saldo de despesas com arrendamentos referente ao período de 2019 conforme CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, e despesas com aluguéis referente ao período de 2018 classificadas como arrendamentos operacionais de acordo com o IAS17.
- (ii) Em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, o saldo apresentado em conta patrimonial de Amortização de direito de uso (Nota 12) é bruto de impostos (Pis e Cofins) e totaliza R\$118.238, enquanto os saldos apresentados em contas de resultado de Amortização de direito de uso (Notas 26 e 27) são líquidos de impostos (Pis e Cofins) totalizando R\$107.301.
- (iii) Representadas, principalmente, por gastos de terceiros relacionados aos processos de aquisição e incorporação realizados durante o exercício.
- (iv) Refere-se às receitas com prêmio sobre acordo inicial de fornecimento, reversão de gastos inerentes à construção de lojas, despesas com provisões para demandas judiciais, serviços tomados, gastos com viagens e de serviços prestados nas controladas.

28. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Juros sobre empréstimos	(14.941)	(31.942)	(14.941)	(31.971)
Despesas bancárias e juros diversos ABERTURA	(5.688)	(4.092)	(5.737)	(6.153)
Variação cambial passiva	(2.107)	(1.771)	(2.107)	(2.004)
Despesa AVP de arrendamento mercantil a pagar (Nota 2.22)	(62.091)	-	(62.091)	-
Despesa AVP de Investimento a pagar – BKCS	(698)	-	(698)	-
Correção monetária	(1.463)	-	(2.369)	-
Outras	(5.305)	(4.341)	(5.338)	(4.480)
Despesas financeiras	(92.293)	(42.146)	(93.281)	(44.608)

29. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Juros e rendimentos de aplicações financeiras	18.330	48.621	18.732	53.142
Variação cambial ativa	2.128	1.170	2.128	1.176
Impostos sobre receitas financeiras	(1.085)	(2.471)	(1.092)	(2.545)
Outras receitas financeiras	2.849	3.715	2.849	3.732
Receitas financeiras	22.222	51.035	22.617	55.505

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

30. Imposto de renda e contribuição social

Composição do resultado

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Corrente	(9.262)	(30.999)	(9.262)	(35.451)
Diferido	4.568	27.333	4.039	25.770
	(4.694)	(3.666)	(5.223)	(9.681)

Conciliação da taxa efetiva

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	53.237	131.702	53.766	137.717
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(18.101)	(44.779)	(18.280)	(46.824)
Ajustes para reconciliar a taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	(2.324)	5.267	-	-
Tributos diferidos reconhecidos sobre diferenças temporais e prejuízos	14.314	36.629	14.314	36.629
Pagamento de bônus não dedutíveis	(3.079)	(3.577)	(3.079)	(3.577)
Quebra de caixa	(207)	(397)	(207)	(397)
Multas e infrações fiscais e trabalhistas	(663)	(167)	(663)	(167)
Custo com plano de opção de ações	(1.467)	(1.526)	(1.467)	(1.526)
Custo com emissão de ações	-	1.884	-	1.884
Juros sobre capital próprio (JCP)	6.753	3.586	6.753	3.586
Outras diferenças permanentes	80	(587)	(2.594)	710
Imposto de renda e contribuição social	(4.694)	(3.666)	(5.223)	(9.681)
Taxa efetiva	8,8%	2,8%	9,7%	7,0%

Diferidos

A Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data-limite para a utilização desses créditos tributários. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos e ajustados no pressuposto de sua realização futura, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32/NBC TG 32 (R4)/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de diferenças temporárias.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

30. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

Diferidos--Continuação

A composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos, líquida, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Impostos de renda e contribuição social diferidos - ativo	95.551	23.459	95.551	28.680
Impostos de renda e contribuição social diferidos - passivo	(104.003)	(41.172)	(104.003)	(41.172)
	(8.452)	(17.713)	(8.452)	(12.492)

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo fiscal e base negativa	119.056	130.765	119.056	130.765
<u>Diferenças temporárias</u>				
Provisão para demandas judiciais (Nota 20)	16.275	9.539	16.275	10.730
Provisão bônus (PLR)	25.175	27.014	25.175	27.014
Provisão compras	-	7.180	-	7.180
Provisão para <i>impairment</i> (Nota 11)	10.340	7.533	10.340	7.533
Pré-operacional	31.137	20.559	31.137	20.559
Provisões de despesas	8.990	14.967	8.990	29.135
Amortização de arrendamentos e AVP sobre passivos de arrendamentos (Nota 2.22)	169.392	-	169.392	-
Outras	9.147	2.020	9.147	2.017
Base de cálculo	389.512	219.577	389.512	234.934
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
	132.434	74.656	132.434	79.877
(-) Tributos diferidos não reconhecidos	(36.883)	(51.197)	(36.883)	(51.197)
Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo	95.551	23.459	95.551	28.680
Regime tributário de transição - R.T.T.	(1.506)	(1.583)	(1.506)	(1.583)
Encargos financeiros a transcorrer	(6.391)	(8.863)	(6.391)	(8.863)
Amortização fiscal do ágio (<i>goodwill</i>)	(160.826)	(110.559)	(160.826)	(110.559)
Resultado de operação de derivativos	-	(90)	-	(90)
Pagamentos de passivos de arrendamentos (Nota 2.22)	(137.169)	-	(137.169)	-
Base de cálculo	(305.892)	(121.095)	(305.892)	(121.095)
Alíquota combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos – passivo	(104.003)	(41.172)	(104.003)	(41.172)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(8.452)	(17.713)	(8.452)	(12.492)

Diante das expectativas de lucro tributário futuro a Companhia optou por provisionar o saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo, até o limite esperado de utilização em 2020. Sobre o saldo total de prejuízo fiscal de R\$119.056, houve o reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$3.596 em 2019. Conforme estudo realizado e aprovado pelo Comitê de Auditoria, a Companhia não considera o saldo de prejuízos fiscais de suas controladas, uma vez que não há histórico de lucratividade tributária.

31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos, debêntures, contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos, contas a receber de clientes e demais contas a receber e depósitos à vista e à curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

Para a análise de sensibilidade de variações dos riscos analisados, a Administração adotou para o cenário provável as taxas de juros projetados para 2019. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 50% e 25% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2019.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

Sensibilidade a taxas de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros eram:

Instrumento de taxa variável	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras (Nota 4)	293.722	136.812	293.722	144.733
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	280.121	414.637	280.182	427.983
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(519.870)	(279.113)	(519.870)	(279.113)

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, e para cenário provável utilizamos o CDI médio de 5,96%.

Exposição patrimonial consolidada	Exposição	Risco	Consolidado				
			I	II	III	IV	V
			Provável	50%	25%	(25%)	(50%)
Aplicações financeiras (Notas 4 e 5)	573.904	Variação DI	18.732	9.366	4.683	(4.683)	(9.366)
Empréstimos e financiamentos (Nota 13) (i)	(511.777)	Variação DI	(14.941)	(7.471)	(3.735)	3.735	7.471

(i) Somente contemplam os empréstimos e financiamentos com taxas variáveis.

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio está suscetível às variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano. A exposição da Companhia está relacionada, basicamente, à compra de máquinas e equipamentos, alguns insumos, pagamento de *royalties* e taxa de franquia em moeda estrangeira. Como medida para mitigar os riscos das variações cambiais, a Companhia contratou *hedges* através de contratos de NDF.

Sensibilidade a taxas de câmbio

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de câmbio em 31/12/2019	Controladora e Consolidado				
				I	II	III	IV	V
				Provável	50%	25%	(25%)	(50%)
Royalties/Franchise Fee (Nota 16)	23.760	Variação dólar americano	4,1644	23.760	(11.880)	(5.940)	5.940	11.880

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--ContinuaçãoRisco de câmbio--Continuação

Em decorrência do prazo médio de pagamento dos *Royalties* e do *Franchise Fee* serem inferiores há 30 dias, a Companhia avalia como baixo o risco de volatilidade cambial. Sendo assim, a Companhia utilizou como cenário provável a taxa vigente em 31 de dezembro de 2019.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Por se tratar de atividade de varejo, e pela modalidade de venda (contração em cartões de crédito, débito e de refeições), este não é um risco significativo para a Companhia.

A Companhia possui política interna que restringe a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, com limites entre instituições financeiras, *ratings* e critérios de liquidez.

A tabela abaixo demonstra o *Rating* dos valores aplicados (Notas 4 e 5) conforme a agência *Fitch*.

<i>Rating</i>	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
AAA+	1.228	-	1.228	-
AAA	570.665	436.160	553.684	319.984
AA+	-	1.370	9.999	77.689
AA	1.633	-	1.633	31.231
AA-	-	113.919	7.043	143.812
A+	317	-	317	-
	573.843	551.449	573.904	572.716

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez significativo, considerando a sua capacidade de geração de caixa.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--ContinuaçãoRisco de liquidez--Continuação

A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais instrumentos financeiros por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro não descontado da Companhia em 31 de dezembro de 2019:

	Saldo contábil	Fluxo financeiro	Consolidado			Total
			Menos de 3 meses	de 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	325.277	325.277	325.277	-	-	325.277
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	280.182	280.182	-	278.816	1.366	280.182
Contas a receber (Nota 6)	60.361	60.361	60.361	-	-	60.361
Passivos						
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	519.870	678.110	6.982	136.811	534.317	678.110
Fornecedores (Nota 14)	286.432	286.432	286.432	-	-	286.432
Arrendamento (aluguel) a pagar (Nota 15)	693.209	964.323	41.112	123.102	800.109	964.323
Obrigações corporativas (Nota 16)	23.760	23.760	23.760	-	-	23.760
Obrigações tributárias (Nota 17)	37.755	37.755	23.196	1.954	12.605	37.755

Não é esperado que fluxos de caixa incluídos nas análises de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Gestão do capital

Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital financiado. Caso a opção por capital próprio seja feita, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas.

A utilização de recursos financiados será sempre uma opção a ser considerada, principalmente quando a Administração entender que este custo será menor que o retorno gerado pelo ativo adquirido. É importante apenas assegurar que seja mantida uma estrutura de capital eficiente, que propicie solidez financeira e ao mesmo tempo viabilize seu plano de negócios.

O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que são definidos como endividamento líquido dividido pela soma EBITDA ajustado dos últimos 12 meses, e endividamento líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Administração procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Administração inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos (inclui as debêntures), swaps, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, e títulos e valores mobiliários vinculados, circulante e não circulante.

A estrutura do capital é formada pelo endividamento líquido, definido como o total de empréstimos e financiamentos (incluindo as debêntures), líquido de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros de curto prazo e pelo capital que é definido como o patrimônio líquido total dos acionistas e endividamento líquido, todos com base nos dados considerados.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--ContinuaçãoGestão do capital--Continuação

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente. O capital total é definido como o total do patrimônio líquido somado à dívida líquida como segue:

	Consolidado	
	2019	2018
Patrimônio líquido	1.786.629	1.716.960
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(325.277)	(174.963)
Títulos e valores mobiliários (Nota 5) (i)	(280.182)	(427.983)
Empréstimos e financiamentos (Nota 13) (i)	519.870	279.113
Dívida líquida	(85.589)	(323.833)
Arrendamento (aluguel) a pagar (Nota 15)	693.209	-
Capital total	2.394.249	1.393.127

(i) Inclui circulante e não circulante, líquido dos custos

Contabilidade de *Hedge*

A Companhia aplica as regras de contabilidade de *hedge accounting* para instrumentos financeiros derivativos e não derivativos que se qualificam para relações de *hedge* de fluxo de caixa, em concordância com as determinações de suas Políticas de Risco.

A Companhia efetua a designação formal de suas relações de *hedge accounting* conforme disposto na Deliberação CVM nº 763/16/IFRS9 e com sua Política de Risco. As relações utilizadas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2019, estão descritas abaixo:

i. *Hedge* de fluxo de caixa

A Companhia compra batata, componente do custo de mercadorias e produtos vendidos, sendo esse custo atrelado ao euro, de modo que, no momento em que passa a conhecer sua expectativa de compras futuras altamente provável, há o surgimento do risco cambial. Com isso, a Companhia possui como política gerenciar este risco por meio da contratação de derivativos (NDF – Termo de moeda). Uma vez os derivativos contratados, são estritamente relacionados as compras futuras de insumos, e que por consequência se qualificam para a adoção de contabilidade de *hedge*. A Companhia optou pela adoção do *hedge accounting* de fluxo de caixa, sendo a estratégia de fixar o fluxo de caixa real das compras futuras de batata (objeto de *hedge*), fixando a taxa do euro por meio do derivativo (instrumento de *hedge*).

ii. Ganhos e perdas com instrumentos de *Hedge Accounting*

Os instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não são realizados, são registrados em outros resultados abrangentes enquanto efetivos e quanto a estratégia definida em política.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Contabilidade de *Hedge*—Continuação

iii. Análise da sensibilidade

Em concordância com a instrução CVM 475/08 a Companhia demonstra os possíveis impactos dos instrumentos financeiros no resultado e patrimônio líquido considerando os cenários: provável, pessimista (desvio de 25%) e adverso (desvio de 50%).

Paridade - R\$ x EUR						
Operação/Instrumento	Risco	Cenário Atual	Cenário I Apreciação 25%	Cenário II Apreciação 50%	Cenário III Depreciação 25%	Cenário IV Depreciação 50%
Designados como <i>hedge</i> accounting						
NDF	Depreciação do R\$	17	4	8	(4)	(8)
Importação (objeto)	Apreciação do R\$	(17)	(4)	(8)	4	8
Efeito líquido		-	-	-	-	-

32. Instrumentos financeiros derivativos

NDF - Non deliverable Forward
Total NDF

Controladora e Consolidado	
2019	2018
-	90
-	90

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de “NDF” e são resumidos a seguir:

			Controladora e Consolidado			
			2019		2018	
Instrumentos	Vencimento	Ativo (objeto protegido)	Notional	Valor justo	Notional	Valor justo
(Não designados como hedge de fluxo de caixa)						
NDF	15/01/2019	USD	-	-	483	15
NDF	15/01/2019	USD	-	-	1.932	75
NDF	30/01/2019	EURO	-	-	432	-
NDF	09/01/2019	EURO	-	-	433	-
NDF	16/01/2019	EURO	-	-	432	-
NDF	23/01/2019	EURO	-	-	432	-
			-	-	4.144	90

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos, não designados como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidos mensalmente no resultado do exercício, considerando-se o valor justo desses instrumentos.

			Controladora e Consolidado			
			2019		2018	
Instrumentos	Vencimento	Ativo (objeto protegido)	Notional	Valor justo	Notional	Valor justo
<u>(Designados como hedge de fluxo de caixa)</u>						
NDF	01/2019	EURO	-	-	392	(2)
NDF	10/2019	EURO	-	-	-	-
NDF	11/2019	EURO	-	-	-	-
NDF	01/2020	EURO	319	17	-	-
			319	17	392	(2)

32. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos, designados como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidos a valor justo referente a marcação de mercado de hedge, em outros resultados abrangentes. Quando ocorre a liquidação do instrumento, estes custos de hedge são classificados ao resultado.

33. Valor justo

Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros

Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento.

Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, sendo que a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia.

Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

Nível 1 - Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;

Nível 2 - Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e

Nível 3 - Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.

A composição abaixo demonstra ativos financeiros da companhia à classificação geral desses instrumentos em conformidade com a hierarquia de valorização.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos equivalem ao valor registrado contabilmente de acordo com os critérios determinados de hierarquia de valor justo pelo Nível 2.

Os contratos de NDFs são avaliados a valor presente, à taxa de mercado na data-base, através do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento, tendo por base as projeções de dólar norte-americano verificadas nos contratos de futuros registrados na B3 S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

33. Valor justo--ContinuaçãoMetodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores dos principais ativos e passivos financeiros ao valor justo aproximam-se ao valor contábil, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Nível hierárquico do valor justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	325.277	325.277	2
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	280.182	280.182	2
Contas receber de clientes, líquido (Nota 6)	60.361	60.361	2
Passivos			
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	519.870	550.140	2
Fornecedores (Nota 14)	286.432	286.432	2
Arrendamento (aluguel) a pagar (Nota 15)	693.209	693.209	2
Obrigações corporativas (Nota 16)	23.760	23.760	2

(i) Todos os derivativos estão classificados como valor justo pelo resultado, no entanto aqueles designados como *hedge accounting* tem seus efeitos também no Patrimônio Líquido ou em Estoques.

34. Plano de remuneração baseado em ações

Em decorrência do aumento do capital social da Companhia, foram emitidas (i) 81.982 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no âmbito do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, ao preço de emissão de R\$7,09 por ação; e (ii) 642.395 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no âmbito do Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, ao preço de emissão de R\$10,65 por ação.

Terceiro Plano

Em 22 de junho de 2017, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. O Terceiro Plano estabelece condições gerais de aquisição e de outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações a Membros da Administração.

Os participantes adquiriram o direito de exercer o primeiro lote de suas opções a partir de 14 de julho de 2017 ("Lote Inicial" ou "Vesting Inicial", conforme aplicável), sendo os demais lotes exercíveis em 14 de julho de 2018, 14 de julho de 2019, 14 de julho de 2020 e 14 de julho de 2021, sendo certo que para os fins dessa participação será considerado "Período de Vesting", em relação a cada lote, o transcurso integral dos períodos. Sem prejuízo, o Comitê de Gestão poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, antecipar o período de "Vesting" de parte ou da totalidade dos lotes das opções do participante.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

34. Plano de remuneração baseado em ações--Continuação

Terceiro Plano--Continuação

Adicionalmente a este plano, em 30 de outubro de 2019 foram outorgadas 564.950 opções considerando as mesmas premissas, em 5 lotes, conforme demonstradas na tabela abaixo, com um valor justo estimado equivalente ao preço de BKBR3 na data da outorga.

As informações do programa de opção de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

	Terceiro Plano							Total
	Primeiro Lote	Segundo Lote	Terceiro Lote	Quarto Lote	Quinto Lote	Sexto Lote	Sétimo Lote	
Data de emissão	22/06/2017	22/06/2017	30/10/2019	30/10/2019	30/10/2019	30/10/2019	30/10/2019	N/A
Data de vesting	14/07/2020	14/07/2021	30/10/2019	14/07/2020	14/07/2021	14/07/2022	14/07/2023	N/A
Preço de exercício	10,82	10,82	10,82	11,37	12,14	12,95	13,82	10,82
Strike price (estimado) na data do balanço	17,78	17,78	17,78	17,78	17,78	17,78	17,78	17,78
Taxa de juros, isenta de riscos %	9,20%	9,87%	5,40%	4,42%	4,70%	5,19%	5,64%	N/A
Tempo contratual de exercício por lote	1 ano	2 anos	n/a	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	N/A
Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%	N/A
Volatilidade das ações no mercado %	14,91%	14,91%	23,47%	23,47%	23,47%	23,47%	23,47%	N/A
Quantidade total de opções em aberto	1.467.064	1.532.800	112.990	112.990	112.990	112.990	112.990	3.564.814
Quantidade de opções vestidas	176.758	-	112.990	-	-	-	-	289.748
Quantidade de opções exercidas (2018 e 2019)	1.942.278	-	-	-	-	-	-	1.942.278
Quantidade de opções a exercer	1.643.822	1.532.800	112.990	112.990	112.990	112.990	112.990	3.741.572
Valor justo estimado (R\$/ação)	1,0764	1,5304	7,9300	7,6700	7,5000	7,5400	7,6800	N/A

Abaixo demonstramos a movimentação das opções do primeiro, segundo e terceiro planos:

	Primeiro Plano	Segundo Plano	Terceiro Plano	Total
Em aberto em 31 de dezembro de 2017	2.662.000	1.262.100	4.943.400	8.867.500
Outorgadas	-	-	175.500	175.500
Canceladas	(39.100)	-	-	(39.100)
Exercidas	(194.350)	(5.251)	(48.051)	(247.652)
Em aberto em 31 de dezembro de 2018	2.428.550	1.256.849	5.070.849	8.756.248
Outorgadas	-	-	564.950	564.950
Canceladas	-	-	-	-
Exercidas	(2.428.550)	(1.256.849)	(1.894.227)	(5.579.626)
Em aberto em 31 de dezembro de 2019	-	-	3.741.572	3.741.572
Exercíveis em 31 de dezembro de 2019 (vested)(Nota 23)	-	-	289.748	289.748

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu o montante de R\$4.315 (R\$4.486 em 2018) de despesas oriundas dos planos de remuneração baseado em ações, registradas na rubrica de Despesas gerais e administrativas (Nota 27).

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

34. Plano de remuneração baseado em ações--Continuação

Quarto Plano

Em 22 de março de 2019, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Plano de Concessão de Ações da Companhia. O Quarto Plano tem como objetivo conceder aos participantes a oportunidade de receber ações ordinárias de emissão da Companhia de modo a:

(a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais, das metas empresariais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, incentivando a integração dos Participantes na Companhia; (b) aumentar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos participantes com os interesses dos acionistas, ampliando o senso de propriedade e o comprometimento dos participantes por meio do conceito de investimento e risco; (c) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos participantes na Companhia; e (d) atrair novos talentos para a Companhia.

O número máximo de Ações Restritas Virtuais que poderá ser concedido aos participantes sob este Plano está limitado a 1.839.905 Ações Restritas Virtuais (o "Limite Quantitativo"). Eventual alteração do Limite Quantitativo dependerá de aprovação da Assembleia Geral.

O Quarto Plano foi dividido em dois programas:

Primeiro Programa

- (i) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2022 em relação a 50% das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no referido Programa; e
- (ii) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2023 em relação aos 50% remanescente das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no âmbito do mesmo Programa.

Segundo Programa

- (i) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2023 em relação a 50% das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no referido Programa; e
- (ii) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2024 em relação aos 50% remanescente das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no âmbito do mesmo Programa.

35. Seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha as seguintes apólices de seguros vigentes:

<u>Local segurado</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>
Responsabilidade Civil Administrativo Diretores (D&O)	50.000
Responsabilidade Civil - GERAL	40.000
Patrimonial (RO) - Média	10.200
Responsabilidade Civil Profissional (E&O)	15.000
Seguro de Oferta Pública (POSI)	70.000

**

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, INCISO VI, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Alphaville - Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.574.594/0001-96 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Barueri, 19 de fevereiro de 2020.

Iuri de Araújo Miranda
Diretor Presidente

Clayton de Souza Malheiros
Diretor Financeiro

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, § 1º, INCISO V, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Alphaville - Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.574.594/0001-96 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., referentes às Demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Barueri, 19 de fevereiro de 2020.

Iuri de Araújo Miranda
Diretor Presidente

Clayton de Souza Malheiros
Diretor Financeiro

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 2019

O Comitê de Auditoria do BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. (BKB) é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, de caráter permanente. O seu funcionamento, composição e atribuições são regidos pelo Regimento Interno do Comitê de Auditoria (<http://burgerking.riweb.com.br/>), que é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria do BKB é formado por três membros, sendo a maioria de membros independentes. O Comitê é coordenado por um membro independente, atendendo, nesse aspecto, ao requisito do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas. O Sr. Guy Almeida Andrade é o especialista financeiro.

O Comitê se reúne mensalmente de maneira ordinária e extraordinariamente, sempre que necessário e quando convocado pelo seu Coordenador, por solicitação do Conselho de Administração ou de qualquer dos membros do Comitê.

Como membro do Conselho de Administração, o Coordenador do Comitê relata, trimestralmente, as atividades do Comitê ao Conselho. Os fatos relevantes ou extraordinários são levados ao Conselho, sempre que o colegiado do Comitê assim considere necessário.

O comitê realizou, durante 2019, cinco reuniões para cumprir o seu papel e suas atividades nesse período estão descritas a seguir.

Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna: A auditoria interna do BKB (AI) vinha atuando em duas frentes: (a) auditoria corporativa; e (b) auditoria de restaurantes. As duas atividades estavam sob a supervisão do Comitê de Auditoria. A partir de 2020, a AI passa a atuar somente com a auditoria corporativa.

Durante o ano de 2019, como parte de seu trabalho, a Auditoria Interna manteve reuniões com a Administração visando o alinhamento dos pontos de auditoria e seus planos de ação, com foco nos riscos mais críticos.

No exercício encerrado, foram disponibilizados treinamento para toda a equipe, com ênfase nos assuntos específicos da carreira de auditoria.

Durante o exercício, o Comitê fez diversas recomendações ao plano de auditoria, visando melhorar a abrangência e objeto dos trabalhos.

O Comitê efetuou a avaliação formal da auditoria interna, observando uma sensível melhora no período examinado, com relação ao ano anterior. Da avaliação surgiram recomendações de melhoria, que foram discutidas com a responsável pela área.

Acompanhamento das atividades da Auditoria Externa: A Ernst & Young Auditores Independentes (EY) é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2019, pelo planejamento e execução de seus trabalhos, conforme normas da profissão, bem como é responsável pelas revisões limitadas das informações trimestrais (ITRs) enviadas à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

O Comitê manteve reuniões regulares com os auditores externos para discussão dos resultados da auditoria e de aspectos contábeis relevantes, suas preocupações, recomendações e relacionamento com a administração, o que permitiu aos seus membros avaliar a qualidade e objetividade dos trabalhos realizados.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 2019--Continuação

O BKB mantém política para contratação dos auditores independentes para a execução de outros serviços. Essa política foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada 14 de novembro de 2017. A contratação de quaisquer outros serviços é aprovada pelo Comitê. Em 2019, o Comitê aprovou a contratação da EY para confirmar créditos tributários decorrentes de INSS sobre remuneração variável, no valor equivalente a 3% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras.

O comitê efetuou a avaliação formal dos auditores externos e concluiu que os mesmos mantiveram sua independência e objetividade ao longo de 2019. O Comitê recomendou ao Conselho de Administração a manutenção da EY como auditores externos do BKB.

Acompanhamento das demonstrações financeiras anuais: Trimestralmente, a Controladoria apresenta ao Comitê de Auditoria, as demonstrações financeiras do BKB, discorrendo sobre seu desempenho e suas variações. Também trimestralmente, o Comitê se reúne com os auditores externos, que apresentam suas conclusões sobre as demonstrações financeiras de cada trimestre, fazendo as observações que julgam pertinentes. Nessas ocasiões, o Comitê também se reúne a sós com os auditores, e faz os questionamentos que julga necessários.

Acompanhamento dos negócios da Companhia e do ambiente de controles internos: Ao longo de 2019, o Comitê de Auditoria se reuniu com os diretores do BKB das áreas com planos de ação para melhorias no controle interno. Nessas oportunidades, tomou ciência dos principais projetos em andamento, das mudanças organizacionais, do status da implantação dos planos de ação para os pontos de auditoria mais críticos e das ações realizadas para melhoria do ambiente de controles internos.

Acompanhamento das comunicações recebidas pelo Canal de Denúncias: O Canal de Denúncias do BKB é terceirizado a uma empresa especializada. As denúncias recebidas eram encaminhadas à Auditoria Interna, que as apurava. Em 2019 foi constituído O Comitê de Conduta, que examina as eventuais denúncias que envolvam diretores e vice-presidentes. A identidade do denunciante é preservada, tomando-se medidas que garantam esse sigilo. A partir de 2020, as denúncias serão recebidas e tratadas pelo Compliance.

Conclusão

Com base nas informações e discussões acima referidas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

Henrique Luz
Coordenador

Thiago Temer Santelmo

Guy Almeida Andrade